



INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM

(Aprovado por Decreto Presidencial N° 168/12, Diário da República N° 141- I Série, de 24 de Julho)

Telefone: 00244236207901email: isuppa2013@hotmail.com

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Acta n°...../DCESH/Ano Académico 2024/2025

Pelas onze horas do dia catorze de Janeiro de dois mil e vinte e cinco, realizou-se no gabinete do DCESH desta instituição de ensino, uma reunião ordinária do mesmo departamento, com objectivo de analisar o grau de execução da actualização curricular dos cursos. A reunião foi presidida pelo M.Sc. Custódio Malheiro Sozinho, chefe de departamento, ladeado do Ph.D. Júlio César Rosabal García (Vice-presidente Para a Área Académica) e, contou com a presença dos coordenadores e vice-coordenadores de cursos afectos ao mesmo departamento. A reunião teve a seguinte agenda de trabalho aprovada por unanimidade:

- 1- Ponto de situação sobre a actualização curricular;
- 2- Sobre os exames de época normal do I semestre.

No princípio, depois da cordial saudação, o chefe de departamento agradeceu a presença de todos, enalteceu a presença do Dr. Júlio César ao encontro e, anunciou a agenda de trabalho.

No ponto 1, o chefe de Departamento cedeu a palavra aos distintos coordenadores que, ao longo das suas explanações foram recebendo as observações do Dr. Custódio Malheiro Sozinho e do Dr. Júlio César. Os coordenadores Hélder Soares do curso de Direito, David Kicalango João, do curso de Ensino Primário, Lucrécia Bráz, do curso de GAP, Denilson Lunga, do curso de GEC e Yudelkis Ramirez, do curso de Psicologia da Educação apresentaram em linhas gerais o grau de cumprimento da actualização curricular:

- ❖ Actualizou-se o plano de estudo dos cursos, com a necessária redistribuição das unidades curriculares, o reajuste do número de horas lectivas e unidades de créditos. Isso ocorreu baseado no critério do conteúdo programático e da posição que cada uma delas deve tomar nos ciclos de formação dos cursos;
- ❖ Incluiu-se novas unidades curriculares do 1º ao último Ano.
- ❖ Retirou-se algumas unidades curriculares com conteúdos paralelos.
- ❖ Foram actualizadas as bibliografias de todas as unidades curriculares.
- ❖ Alterou-se a designação de algumas unidades curriculares, bem como redefinidos os objectivos e as estratégias das mesmas.

- ❖ Está sendo feito o processo de actualização dos programas analíticos das unidades curriculares.

De seguida, no ponto 2, o chefe de departamento referiu o seguinte:

- Os exames de época normal decorrerão de 27 de Janeiro a 7 de Fevereiro.
- Referiu ainda que os horários devem ser elaborados essa semana e entregues ao colega Salomão Catumbela até ao dia 20 de Janeiro de 2025.
- Aconselhou aos coordenadores dos cursos evitarem indicar professores colaboradores como vigia dos exames. No mesmo momento, apresentou a estratégia que deverá ser utilizada na realização dos exames nas turmas do Sumbe, nos três períodos.
- O chefe de departamento também aconselhou aos coordenadores a solicitarem aos professores, as matrizes dos exames das suas unidades curriculares e, estes devem entregar os exames de época norma, de recurso e especial.
- Os exames devem ser aplicados sem dias intercalados.
- Os exames dos módulos serão aplicados de 27 a 31 de Janeiro.

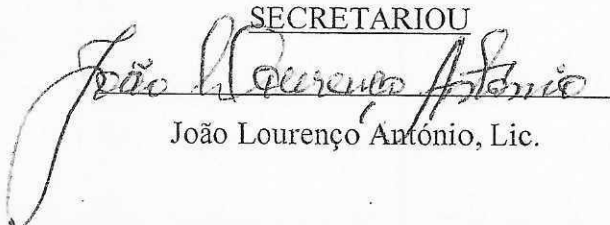
Ao terminar o encontro, as discussões levantadas produziram as seguintes conclusões:

- 1- Os cursos devem ter nos seus planos curriculares, as unidades curriculares de Inglês, Informática e Estágio.
- 2- O Relatório de Extensão Universitária deve figurar no II semestre do último ano de cada curso.
- 3- Os professores dos cursos de Direito e GEC, devem ter números da Ordem dos advogados e dos contabilistas.
- 4- As coordenações dos cursos devem enviar o plano de estudo ao Gabinete do Vice-presidente para Área Académica para a actualização do plano curricular no SIGA.

Não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião às 13h00 minutos num clima de harmonia da qual se lavrou a presente acta que depois de lida e aprovada será assinada pelo chefe de departamento e pelo professor que a secretariou.

Porto Amboim, 14 de Janeiro de 2025.-

SECRETARIOU


João Lourenço António, Lic.


PRESIDIU
//Custódio Malheiro Sozinho, M.Sc. //

LISTA DE PRESENÇA

- 1- Ph.D. Júlio Cesar R. García *Júlio Cesar R. García*
- 2- Mestre Custódio Malheiro Sozinho *Custódio M. Sozinho*
- 3- Mestre Hélder Álvaro Soares *Helder Álvaro Soares*
- 4- Mestre David Kicalango João *David K. João*
- 5- Mestre Yudelkis Ramirez Delgado *Yudelkis Ramirez Delgado*
- 6- Professora Lucrécia Pascoal Domingos Bráz *Lucrécia Bráz*
- 7- Professor Denilson Gonçalves Ricardo Lunga *Denilson Lunga*
- 8- Professor Fernando Magalhães *Fernando Magalhães*
- 9- Professor João Lourenço António *João Lourenço António*

Porto Amboim, 14 de Janeiro de 2025.-



INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM- ISUP
(Aprovado por Decreto Presidencial N° 168/12, Diário da República N°141- I Série, de 24 de Julho)

ACTA N° 4/2023

Aos vinte e um dias do mês de Novembro de dois mil e vinte e três, pelas dez horas e quinze minutos, na sala número dez do Instituto Superior Politécnico de Porto Amboim (ISUP), esteve reunido o seu conselho científico em sessão extraordinária, sob presidência do Vice-Presidente para os Assunto Científicos e Pós-graduação, Phd, António Gaspar Domingos, coma seguinte ordem de serviço:

1. Informação;
2. Apresentação, Análise e aprovação dos conteúdos programáticos a serem alterados;
3. Diversos.

Primeiro ponto

Apresentou-se as dificuldades que os departamentos encontram na gestão dos conteúdos programado e mesmo em alguns programas que já não se ajustam a realidade científica actual e a existência de conteúdos repetido em algumas Unidades Curriculares (UC) do mesmo curso tendo havido a necessidade de se fazer algumas alterações a luz da legislação. Onde a coordenadora da comissão de avaliação da instituição enfatizou até que ponto se podem alterar os conteúdos programáticos e se podem trocar as UC de um semestre para o outro.

Segundo Ponto

Conforme estava previsto, os Chefes de Departamentos de Ensino e Investigação apresentaram as alterações e ou adequações feitas nos programas dos diferentes planos curriculares, pelo que depois da discussão dos mesmo foram submetidos a aprovação.

Aos vinte e um dias do mês de Novembro de dois mil e vinte e três foram aprovadas por unanimidade as alterações e adequações dos conteúdos curriculares dos seguintes Curso: Ensino Primário, Licenciatura em Psicologia da Educação, Licenciatura em Direito, Licenciatura em Enfermagem, Licenciatura em Gestão de Administração Pública, Licenciatura em Gestão de Empresas e Contabilidade, Engenharia de construção Civil com as suas quatro saídas, Engenharia Informática, Engenharia de Telecomunicações e

Engenharia Eletrónica. Ficou recomendado que cada departamento apresentasse dentro de cinco dias a versão final do texto, produto das discussões realizada da referida sessão.

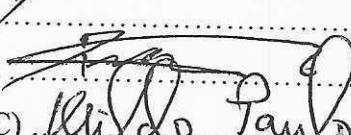
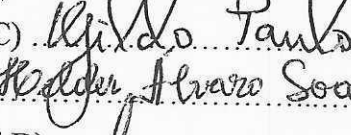
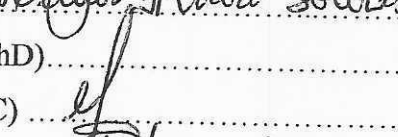
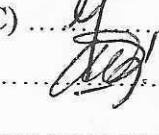
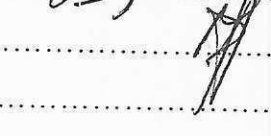
Não havendo nada mais a tratar deu-se por encerrada a Sessão de trabalho, pelas onze horas e quarenta e cinco minutos, sendo lavrada a presente acta que vai assinada pelo Presidente e todos os membros presentes.

**INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM, AOS 21 DE
NOVEMBRO DE 2023**

ANTÓNIO GASPAR DOMINGOS



OS MEMBROS DO CONSELHO CIENTÍFICO

1. António M. Moreno Quitério (PhD).....
2. António Gaspar Domingos (PhD).....
3. Custódio Sozinho (MsC).....
4. Eladio Z. Mendes Fina(MsC).....
5. Feliz Gamboa Romero(MsC).....
6. Gildo Lopes Bento Paulo(MsC).....
7. Helder Álvaro Soares(MsC).....
8. Júlio César Rosabal García (PhD).....
9. Letícia Herreira Inglesias(MsC).....
10. Margarita Diaz Lemus(MsC).....
11. Milagros Salfran(MsC).....
12. Regla C. Zuazo Garcia(MsC).....



INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM

(Aprovado por Decreto Presidencial N.º 168/12, Diário da República N.º 141- I Série, de 24 de Julho)

Telefone: 00244236207901 email: isuppa2013@gmail.com

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Assunto: Relatório Sobre a Proposta de Actualização Curricular dos Cursos Afectos ao DCESH

O presente relatório descreve em linhas gerais, a actualização ou alterações menos profundas feitas aos currículos dos cursos de Licenciatura afectos ao Departamento de Ciências Económicas, Sociais e Humanas, nomeadamente: Direito; Ensino Primário; Gestão e Administração Pública; Gestão Empresarial e Contabilidade e Psicologia da Educação.

1- CURSO DE LICENCIATURA EM DIREITO

1.1- Unidades Curriculares que Sofreram Actualização

1.º ANO

► DIREITO CONSTITUCIONAL E CIÊNCIA POLÍTICA

Conteúdo Programático Antigo

Parte I - Teoria do Estado

I. Elementos e formas de Estado

II. Fins, actividades, instituições e actos do Estado na Constituição

III. Sistema de Governo

Parte II - Teoria da Constituição

I. O estatuto do poder político

II. A história constitucional

III. O poder constituinte

IV. As mutações constitucionais

V. Princípios, regras e a sua força jurídica

Parte III - Ordem Jurídica e Sistema Normativo

I. Teoria da Lei

I. Conceito de lei na ordem jurídicoconstitucional

II. Valor, Forma e Força de Lei

III. Princípios estruturantes das relações inter-legislativas

- IV. Categorias de actos legislativos
- V. Procedimento legislativo: leis e decretos-leis

2. Controlo de constitucionalidade

- I. Natureza e objecto.
- II. Processos de controlo de constitucionalidade.

Conteúdo Programático Actual

Unidade-I: Breves conhecimentos sobre Ciência Política e de Direito Constitucional.

Unidade II- Introdução a teoria geral do Estado

Unidade-III: O constitucionalismo e a origem da constituição

Unidade- IV: Os sistemas constitucionais

Unidade -V: Os Regimes Políticos

Unidade -VI: Os sistemas de partidos políticos e os grupos de interesses e grupos de pressão

Unidade- VII: O direito eleitoral e sistemas eleitorais

Unidade-VIII: Ordem constitucional, organização do poder político e sistema jurisdicional angolano.

Unidade-IX: Natureza, estrutura e função da constituição angolana

Unidade-X: O poder local na CRA: os princípios fundamentais

Unidade- XI : A concretização do desígnio constitucional

Unidade- XII: Direitos fundamentais e direitos universais

Unidade -XIII: O papel dos tribunais na protecção dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Unidade -XIV: A garantia jurisdicional de inconstitucionalidade

BIBLIOGRAFIA

Miranda, Jorge , Manuel de direito constitucional, tomos; I, II, III, IV, V e VI.

Carnotilho, J.J. Gomes, direito constitucional e da teoria da constituição

CRA de 2010

Santos, Onofre Martins dos, o município na constituição angolana, 2013

Correia, Aderito e Sousa, Bornito, Angola história constitucional.

Pinto, Ricardo Leite, Correia, José de Matos e Seara, Fernando Roboredo, ciências políticas e direito constitucional, 2009.

Machado, Jónatas e Costa, direito constitucional angolana, 2011.

► INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

Conteúdo Programático Antigo

Parte I – Introdução ao Estudo do Direito

I. A ordem jurídica

II. Caracterização das ciências que estudam o Direito

Parte II – Teoria geral do direito

I. A solução do caso por vias não normativas

II. Fontes do direito

III. Sistemática jurídica

IV. A regra jurídica

V. A determinação e aplicação das regras.

Conteúdo Programático Actual

PROGRAMA TEMÁTICO:

Unidade I – Preliminares

Conteúdo Programático da Unidade:

1. O carácter social do homem
2. A sociedade e as ordens normativas
 - 2.1.A Ordem religiosa
 - 2.2.A Ordem Moral
 - 2.3.Ordem do Trato Social
 - 2.4.Ordem jurídica

Unidade II – A ordem jurídica

Conteúdo Programático da Unidade:

- Direitos subjectivos
- Noção
- Natureza
- Modalidades
- Classificação
- Figuras afins do Direito subjectivo
- Direito subjectivo público

Natureza

Unidade III – Os fins do Direito

Conteúdo Programático da Unidade:

- 3.1 Introdução
- 3.2 A Justiça
 - 3.2.1. Modalidades
 - 3.2.2. Elementos lógicos
 - 3.2.3. Características

3.2.4. Função da Equidade

3.3 A Segurança jurídica

3.4 Relação entre a justiça e a segurança jurídica

Unidade IV – Nação, Estado e Direito

Conteúdo Programático da Unidade:

4.1. Nação

4.2. Estado, noção origem e estrutura

4.2.1. Funções

4.3. Estado e Direito

4.4. Estado de Direito

Unidade V – O Direito Natural versus Direito positivo

Conteúdo Programático da Unidade:

5.1. Considerações gerais

5.2. Concepções

5.3. Críticas

5.4. A solução positivista

5.5. Positivismo jurídico

5.5.1. Considerações gerais

5.5.1. Concepções

5.5.2. Críticas, novas soluções

5.5.3. Positivismo contemporâneo

PARTE SEGUNDA

Unidade I – Os grandes sistemas jurídicos

Conteúdo Programático da Unidade:

1.1.O sistema de direito continental ou romano-germânico

1.1.1. Caracterização

1.1.2. Extensão

1.1.3. O sistema anglo-saxónico ou de common law

Unidade II – A Ciência jurídica e a metodologia do Direito

Conteúdo Programático da Unidade:

2.1. O Direito como ciência

2.2. O método da ciência jurídica

2.3. Noção de método

2.4. Orientações metodológicas ao longo da história

2.5. Solução adoptada: o método crítico

Unidade III – A Norma Jurídica e Sanções

Conteúdo Programático da Unidade:

3.1. Introdução

3.2. Noção

3.3. Estrutura

3.4. Características

3.5. Classificação

3.5.1. Quanto a sua relação com a vontade dos seus destinatários

3.5.2. Quanto ao âmbito de validade espacial

3.5.3. Em relação ao âmbito pessoal de validade

3.5.4. Quanto a plenitude do seu sentido

3.5.5. Quanto a sanção que aplica

3.6. As sanções jurídicas

3.6.7. Noção

3.6.8. Espécies de sanções jurídicas

- Sanções reconstitutivas
- Sanções compensatórias
- Sanções compulsórias
- Sanções punitivas
- Sanções preventivas

Unidade IV – A tutela jurídica

Conteúdo Programático da Unidade:

4.1. Introdução

4.2. A tutela pública

4.3. Noção

4.4. Modalidades

4.5. O aparelho estadual de coacção

4.6.1. A Tutela privada

4.7.2. Noção

4.8.3. Modalidades

Unidade V– As fontes do Direito

Conteúdo Programático da Unidade:

1. Introdução

2. Conceito de Fonte de Direito

3. Considerações gerais sobre a noção de fonte de Direito

4. Conceito técnico-jurídico de fonte de Direito
5. Relação entre as fontes do Direito interno e do Direito internacional
6. Duas teorias: o monismo e o dualismo
7. A questão na ordem jurídica Angolana
8. Classificação

UNIDADE IX – Os ramos do Direito

Conteúdo Programático da Unidade:

Introdução

- Direito Público e Direito Privado
- Critérios de distinção
- Critério adoptado

Ramos do Direito Privado

Ramos do Direito Publico

Direito Internacional Privado

Bibliografia

Bibliografia básica:

Justo, A. Santos, *Introdução ao Estudo do Direito*, 6ª ed, Coimbra Editora, Coimbra, 2012

Bibliografia Complementar:

- Tadeu, W. (2010). *Guia do estudante de Direito*. Lobito: Escolar Editora.
- Pereira, A. P. (2013). *Princípios Gerais de Direito*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Amaral, D. F. (2010). *Manual de Introdução ao Direito*. Coimbra; Almedina.
- Ascensão, J. O. (2005). *O Direito / Introdução e Teoria Geral*. Coimbra: Almedina.
- Cordeiro, A. M. (2012) *Tratado de Direito Civil I 4*. Coimbra; Almedina.
- Engisch, K. (2008). *Introdução ao Pensamento Jurídico* (trad. port., 10) Lisboa: Fundação Calouste.
- Outros.

Outros Documentos:

Código Civil Angolano

Constituição da República de Angola

► **FILOSOFIA DO DIREITO**

Conteúdo Programático Antigo

1. Introdução

- I. Essência, conteúdo e posição sistemática da filosofia do direito.
- II. Filosofia do direito, teoria do direito e dogmática jurídica.

2. A questão do direito natural e do positivismo na história da filosofia do direito.

I. Introdução.

II. Pensamento jurídico grego.

III. Pensamento jurídico romano

IV. Pensamento jurídico medieval.

V. Pensamento jurídico moderno.

VI. Pensamento jurídico contemporâneo.

3. Preocupações actuais:

I. Posição do direito perante a economia num mundo global.

II. Cidadania universalista versus cidadania diferenciada.

III. O homem na sociedade de risco.

IV. O homem na sociedade em rede.

V. As funções do Estado na era da globalização – um Estado transnacional.

VI. O poder económico e o controlo da informação – a feudalização da informação.

VII. O terrorismo – o mal no pensamento moderno.

VIII. A tutela da dignidade da pessoa humana versus a protecção de valores económicos no ordenamento jurídico vigente.

IX. O futuro da natureza humana: a caminho de uma eugenia liberal.

X. Crítica ao pensamento político na época pós-moderna – que caminho?

XI. Revolução tecnológica e comunicacional - a postinternacionalização.

XII. O mundo Pós-Americano.

Conteúdo Programático Actual

III- CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Unidade 1- FILOSOFIA DO DIREITO E DOGMÁTICA JURÍDICA

Objectivos Específicos:

1. Oferecer aos estudantes a conceitualização da Filosofia do Direito e da dogmática jurídica;

2. Oferecer o conhecimento sobre a Filosofia e Epistemologia.

TEMAS:

1. Filosofia do Direito

1.1 Filosofia do Direito na antiguidade

1.2 Filosofia do Direito na idade média

1.3 Filosofia do Direito na idade moderna

2. Filosofia e Teoria do Direito

2.1 Essência da Filosofia do Direito

2.2 Filosofia do Direito e teoria pura do Direito

2.3 Filosofia do Direito e fundamento do Direito

3. A dogmática Jurídica

3.1 A teoria da argumentação jurídica

3.2 A teoria funcionalista do Direito

Unidade 2- DIREITO NATURAL E DIREITO POSITIVO

Objectivos específicos:

1. Analisar a hierarquia entre o Direito Natural e o Direito Positivo;
2. Contribuir para a compreensão da importância do Direito Natural na busca da justiça;

TEMAS:

1. O Direito Positivo

1.1 O positivismo juscientífico

1.2 O positivismo legalista

1.3 Do positivismo ao neopositivismo

1.4 Hierarquia das normas do Direito Positivo

2. O Direito Natural

2.1 Direito Natural anterior ao Direito Positivo

2.2 A imutabilidade do Direito Natural

2.3 Hierarquia das normas do Direito Natural

3. O Direito Natural e o problema da axiologia do Direito

3.1 A subordinação do Direito Natural à natureza das coisas

3.2 O Direito Natural assente no valor

Unidade 3 – A JUSTIÇA E SEGURANÇA JURÍDICA

TEMAS:

1. A justiça no pensamento de alguns autores: análise na perspectiva valorativa

1.1 Ulpiano

1.2 Cícero

1.3 S.Tomás de Aquino

2. A concepção de justiça

2.1 Justiça Comutativa

2.2 Justiça Distributiva

3. Justiça como estabilidade do Direito

3.1 Elementos da Segurança jurídica

3.2 A exequibilidade e a política do Direito

3.3 A lei justa como garantia da segurança do Direito

Unidade 4- A JUSTIFICAÇÃO E OBRIGATORIEDADE DAS NORMAS

Objectivos específicos:

1. Oferecer maior ferramenta para uma percepção sobre o carácter da obrigatoriedade das normas do ponto de vista formal e empírico;
2. Oferecer o conhecimento sobre a validade do direito na perspectiva hodierna.

TEMAS:

1. VALIDADE DO DIREITO

1.1 Validade Formal

1.2 Validade Social

1.3 Validade do Direito e obrigatoriedade das normas

2. A Justificação das normas

2.1 O Conteúdo valorativo da norma

2.2 Juízos normativos subordinativos à racionalidade

Unidade 5- A FILOSOFIA DO DIREITO NA SOCIEDADE PLURALISTA

Objectivos específicos:

1. Dotar os estudantes de ferramenta epistemológica em matéria da tolerância numa sociedade democrática e pluralista.
2. Oferecer os estudantes o debate académico sobre a bioética num mundo com uma certa evolução tecnológica.

TEMAS:

1. Pluralismo na sociedade moderna

1.1 O Princípio da tolerância

1.2 O princípio da mediação

2. Limites da tolerância

2.1 Verdade e Liberdade

2.2 Auto-responsabilidade

3. A bioética e o Estado pluralista

3.1 Sociedade de risco?

3.2 Fundamento da bioética

VI. BIBLIOGRAFIA

Barberis Mauro, Breve Storia della Filosofia del Diritto, Il Mulino, Bologna, 2024

DA CUNHA PAULO FERREIRA, lições preliminares de Filosofia do Direito, 3ª ed.

Almedina, Coimbra

HERVADA Javier, Lições propedéuticas de Filosofia do Direito, WMF Martins Fontes, São Paulo, 2008

KAUFMANN artur, Filosofia do Direito, 3ªed.; Fundação Calouste Gulbknian, Lisboa, 2008.

KELSEN Hans, A Justiça e o Direito Natural, Almedina, Coimbra, 2009.

MARTÍNEZ Soares, Filosofia do Direito, 3ª ed., Almedina, Coimbra, 2003.

RESWEBER Jean-Paul, A Filosofia dos Valores, Almedina, Coimbra 2002

► LATIM

Conteúdo Programático Antigo

I. A origem do Latim e suas fases

II. Alfabeto latino

III. A quantidade

IV. A pronúncia

V. Características morfossintáticas

(língua analítica x língua sintética)

VI. Artigos

VII. Desinência, flexão, caso e declinação

VIII. Sintaxe dos casos

IX. As preposições

X. Género e número

XI. Categorias gramaticais

XII. A sistematização e a conjugação vocabular na frase e no contexto

XIII. As declinações

XIV. Tempos verbais

XV. Pronomes

XVI. Nomes romanos

XVII. Numerais

XVIII. A importância cultural do latim e a sua função nobre no direito, especificamente no discurso jurídico e no conhecimento da génese do direito angolano.

Conteúdo Programático Actual

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

UNIDADE I – MORFOSINTAXE E FONÉTICA

Objectivos específicos:

- ☐ Identificar a pronúncia das letras e palavras
- ☐ Identificar as classes das palavras
- ☐ Compreender as regras do funcionamento da língua

TEMAS:

1. Notas sobre a fonética latina
 - 1.1 O Alfabeto latino e sua pronúncia
 - 1.2 Quantidade vocálica e acento tónico
2. O Sistema Verbal
 - 2.1 Características da flexão verbal.
 - 2.2 As quatro conjugações
 - 2.3 O verbo Sum e o Verbo possum
 - 2.4 Formas nominais do Verbo
3. O sistema nominal
 - 3.1 Declinação dos Substantivos em suas clássicas: 5 declinações
 - 3.2 Declinação dos adjectivos da 1ª e 2ª classe
 - 3.3 Declinação de alguns pronomes e numerais
4. Casos especiais de morfosintaxe
 - 4.1 . Ablativo absoluto, de lugar donde , o acusativo de para onde
 - 4.2. O ablativo absoluto, o caso locativo
 - 4.3 Graus de adjectivos e de alguns advérbios
5. Particularidades sobre a sintaxe
 - 5.1. Frase Afirmativa, negativa e interrogativa
 - 5.2 Principais funções sintáticas
 - 5.3. Orações coordenadas e subordinadas
 - 5.4 O sujeito da Oração infinitiva
6. Particularidades sobre os brocardos jurídicos
 - 6.1 A origem dos Bracardos jurídicos
 - 6.2 A Importância e a aplicação dos brocardos

UNIDADE II-TRADUÇÃO

Objectivos específicos:

- ☐ Traduzir textos e frases latinas, especialmente de âmbito jurídico
- ☐ Aplicar aos textos as regras do funcionamento da Língua
- ☐ Enriquecer o léxico e aprofundar as regras da sintaxe

TEMAS:

1. Textos latinos

- 1.1 Roma in Alia
- 1.2 Servi
- 1.3 Daedalus
- 1.4 Equus Trojanus
- 1.5 Dei Romani
- 1.6 De senatu et magistratibus et populo
- 1.7 De Romanorum indole
- 2 . Sentenças latinas
- 2.1. Várias sentenças latinas, dispostas em ordem alfabética

BIBLIOGRAFIA

- ALMENDRA, M.A., Publius et Terrentia, Latim 10º Ano. Coimbra 1989
- ALMENDRA, M.A., Iñitium latim 11º Ano, Coimbra 1989.
- GOMES FERREIRA, A., Dicionário de Latim-Português, Porto Editora, Porto 1999
- ANTÓNIO DE SOUSA, F., Dicionário latino português, Porto 1984.
- CARRILHO, F. Dicionário de Latim jurídico, Coimbra 2026
- STOCK, L., Conjugação dos verbos latinos, Ed. Presença, Lisboa 2000.
- FREIRE, A., Gramática Latina, Braga 1983

► **HISTÓRIA DO DIREITO ROMANO E DAS INSTITUIÇÕES**

Conteúdo Programático Antigo

Parte I

- I. Primeiro período: roma do rex e das gentes (753 a.c. – 509 a.c.)
- II. Segundo período: transição:
monarquia/república (509 a.c. a 367 a.c.)
- III. Terceiro período: o populus romanus e a res publica (367 a.c. – 27 a.c.)
- IV. Quarto período: o princeps como primus inter pares (27 a.c.- 285)
- V. Quinto período: o princeps como rex no império único (285- 395)

Parte II – conteúdos temáticos

I. As fontes de direito romano

Capítulo I – a noção de “fontes de direito romano”

Capítulo II – as fontes de criação do direito romano

II. A aplicação do direito romano

III. Os binómios fundamentais

IV. Direito romano vulgar, direito romano justinianeu e tradição romanista

V. A interpretação das regras jurídicas

VI. História das instituições

Unidade-I

ELEMENTOS DE HISTORIA DO DIREITO ROMANO

(Formas político- institucionais e fontes do direito)

1. ÉPOCA ARCAICA

1.1. Nascimento de Roma

1.2. As fontes do Ius quiritium

2. ÉPOCA REPUBLICANA OU PRÉ-CLASSICA

2.1. Nascimento da Republica e da democracia romana

2.2. A revolta plebeia e as novas fontes do direito

2.3. As magistraturas republicanas

2.4. As fontes do Ius civile na época republicana

2.5. O eclipse dos pontífices. O Ius : da religião a política

2.6. O direito pretório (ius honorarium e ius gentium)

2.7. Os alicerces da ciência do direito

2.8. Organização do domínio romano na Itália e no Mediterrânea

3. ÉPOCA CLÁSSICA OU DO PRINCIPADO

3.1. Crise da República

3.2. Octávio e o nascimento do principado

3.3. O império: novos órgãos da administração central

3.4. Novas fontes do direito: o Ius respondendi e as constitutiones

4. ÉPOCA PÓS-CLÁSSICA

4.1. Instauração da monarquia absoluta ou Dominatio

4.2. Novos órgão de governo

4.3. Lex , Iura e Jurisprudência

4.4. Divisão do império em pars orientis e pars occidentis

4.5. Compilações privadas e públicas de constituições

4.6. Queda do império romano do ocidente. As leis romano-barbaras

4.7. Romanidade e mundo germânico.

5. ÉPOCA REPUBLICANA OU PRÉ-CLÁSSICA

5.1. O imperador Justinianeia

5.2. Aa compilações de Justiniano: novas fontes do direito.

Objectivos:

a) Conhecer a evolução histórica da Ciência do Direito.

b) Conhecer a relação que existe entre as instituições políticas e as jurídicas

Unidade- II

ALGUMAS INSTITUIÇÕES DE DIREITO PRIVADO

(Estudo introdutório e selecto)

1. CONCEITO DE PESSOA NO DIREITO ROMANO

1.1. Os sujeitos de direito

1.2. A pessoa física e as suas vicissitudes

1.3. A pessoa jurídica.

2. O NEGÓCIO JURÍDICO NO DIREITO ROMANO

2.1. O formalismo negocial em Roma

2.2. Os elementos do negócio jurídico: essências e acidentais

2.3. A invalidade do negócio jurídico: anomalia no processo de formação da vontade

3. A UNIÃO MATRIMONIAL E A RELAÇÃO FAMILIAR

3.1. O matrimónio e a família

3.2. A filiação e o poder paternal

4. AS COISAS E AS SUAS CLASSIFICAÇÕES

4.1. Res in património e res extra patrimonium

4.2. Distinção das coisas patrimoniais (res in commercio)

5. OS DIREITOS REAIS (GENERALIDADES)

5.1. O direito de propriedade

5.2. As acções a favor da propriedade

6. AS OBRIGAÇÕES

6.1. Definição de obligatio

6.2. Fontes e categorias de obrigações

6.3. Modo de extinção das obrigações

7. AS OBRIGAÇÕES EX CONTRACTU E OS CONTRATOS NO DIREITO ROMANO.

7.1. O sistema contratual romano

7.2. Categoria de contrato no direito

7.3. Obrigações derivada de contratos atípicos

8. AS SUCESSÕES

8.1. A sucessão na concepção romana

8.2 Os elementos da hereditas romana

8.3. Formas de Testamento

8.4. A sucessão ab intestato.

8.5. Aquisição da herança e a tutela judiciária do herdeiro

9. TUTELA JURÍDICA DOS DIREITOS: O PROCESSO CÍVEL ROMANO

9.1. Direito e acção

9.2. As legis actiones

9.3. O processo formular ou per concepta verba

9.4. A cognitio extra ordinem.

BIBLIOGRAFIA

Fotografias seleccionadas do livro de Max Kaser , Direito Romano Privado, fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 2011.

Complementar

A.A., ISTITUZIONI di Diritto Romano, ed 5 serie: Manuali giuridici, Simone, Napoli 2001.

VINCENZO ARANGIO-Ruiz, Istituzioni di Diritto Romano, ed 14ª, Jovene, Napoli 2006.

ALDO SCHIAVONE (a cura di), Storia del Diritto Romano, ed. 2ª, Giappichelli, Torino 2001.

FRANCESCO CALASSO, Medio Evo del Diritto. I – Le Fonti, Giuffrè, Milano 1954.

► **EXPRESSÃO ESCRITA E ORAL I**

Conteúdo Programático Antigo

1. Comunicação em língua portuguesa –situações de comunicação
2. O funcionamento da língua
3. Escrita para apropriação de técnicas e modelos diversificados
4. Técnicas de redacção de textos utilitários
5. Tipos de textos e intenções comunicativas
6. Descodificação do raciocínio lógico
7. Descodificação e elaboração do discurso
8. Texto expositivo e /ou argumentativo

1. COMUNICAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SITUAÇÕES DE COMUNICAÇÃO

1.1. Comunicação, Língua e Linguagem

1.2. Situações / contextos de comunicação

1.3. A oralidade e a escrita

1.2.1 Regras das exposições orais

1.2.2. Regras das exposições escritas

1.2.3. As formas de tratamento (formal, informal e reverente)

2. REFLEXÃO SOBRE A LÍNGUA E MELHORAMENTO DA COMPREENSÃO E DA EXPRESSÃO ORAL ESCRITA E ORAL

2.1 – Ortografia - Sinais auxiliares da escrita

- Uso de letra maiúscula inicial
- Sílabas e palavras (sílabas tônicas e átonas)
- Divisão silábica e translineação
- Regras de acentuação gráfica
- Pontuação

2.2 - Morfologia

Classe de palavras variáveis e Invariáveis

- Substantivos e adjetivos
- Pronomes e determinantes
- Verbos e advérbios
- Verbos e preposições
- Conjunções
- Interjeições
- Numerais

2.2.3 - Sintaxe

- Tipos de frases
- Frase e oração
- Frases simples e frases compostas
- Elementos fundamentais da frase
- Processo de concordância dos elementos da frase
- Conexão entre as partes do discurso
- Orações coordenadas e orações subordinadas

2.2.4 - Lexicologia

- Campo lexical
- Família de palavras
- Palavras primitivas e palavras derivadas
- Palavras simples e palavras compostas
- Formas de alargamento do Léxico
- Dicionário e entrada lexical

2.2.5 - Semântica

- Polissemia
- Denotação e conotação
- Relações semânticas entre as palavras
- Conectores do discurso
- Valores especiais dos tempos e modos verbais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- Azeredo, M. Olga, Pinto, M. & Lopes, M. Carmo (2009). Da Comunicação à Expressão – Gramática de Português, Lisboa: Lisboa Editora;
- Cunha, Celso & Cintra, Lindley (2002). Nova Gramática do Português Contemporâneo. Lisboa: Edições João Sá da Costa (17ª edição).
- Das Neves, M. A. C. (2010). Semiótica Linguística e Hermenêutica do Texto Jurídico. Lisboa: Instituto Piaget.
- Miguel, Maria Helena, Convergências (s/d). Manual Universitário de Português. Luanda.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- Bergström, Magnus (2004). Prontuário Ortográfico e Guia da Língua Portuguesa. Lisboa: Editorial Notícias (47ª edição).
- Campbell, John (1993). Técnicas de Expressão Oral. Lisboa: Editorial Presença (1ª edição).
- Carvalho, J. A. B. (1999). O ensino da escrita – da teoria às práticas pedagógicas.
- Casteleiro, J. M. & Correia, P. D. (2008). Atual – O novo acordo ortográfico. Lisboa: Texto Editora (2º edição).
- Duarte, Inês (2000). Língua Portuguesa - Instrumento de Análise. Lisboa: Universidade Aberta.
- Duarte, Inês. (2007). O Conhecimento da Língua: Desenvolver a Consciência Linguística. Lisboa: Direcção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
- Estrela, Edite & Pinto-Correia, J. David (2001). Guia Essencial da Língua Portuguesa para a Comunicação Social. Lisboa: Editorial Notícias (5ª edição).
- Freire, António (1996). Técnicas de Expressão do Português. Braga: Edições APPACDM.
- Gomes, Álvaro. (2009). Gramática Pedagógica e Cultural da Língua Portuguesa. Porto, Edições Flumen/Porto Editora.
- Monteiro, Deolinda, & Pessoa, Beatriz (1999). Guia Prático dos Verbos Portugueses. Lisboa: Lidel. Laranjeira;
- Pires (1996). Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa. Lisboa: Universidade Aberta;
- Moura, José de Almeida. 2003). Gramática do português actual. Lisboa, Lisboa Editora.
- Oliveira, Maria Manuel (2005). Fábrica do Texto – Guia para a produção de diferentes tipos de textos. Cascais: Arte Plural Editores.
- Oliveira, Fátima e Duarte, Isabel Margarida (orgs.). (2004). Da língua e do discurso. Porto, Campo de letras.
- Pinto, José Manuel de Castro & Lopes, Maria do Céu Vieira (2004). Gramática do Português Moderno. Lisboa: Plátano Editores (5ª edição).
- Porto Editora (2008). Dicionário de Verbos Portugueses. Porto: Porto Editora.

2º ANO

► TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL

Conteúdo Programático Antigo

Título I - Introdução

Título II - As Pessoas

I - As Pessoas Singulares

II - As Pessoas Colectivas

III - Os Bens

IV - O exercício jurídico.

V - Situações jurídicas, relações jurídicas e direitos subjectivos.

VI - A Causa.

VII - A representação.

VIII - O tempo e a estabilização das situações jurídicas.

IX - Os Negócios Jurídicos

X - Noções Prévias.

XI - Classes de negócios jurídicos.

XII - Formação dos negócios jurídicos

XIII - Os negócios unilaterais.

XIV - Os contratos.

XV - Interpretação e integração dos negócios jurídicos

XVI - A qualificação dos negócios jurídicos

XVII - O conteúdo dos negócios jurídicos

XVIII - A vontade e a declaração negociais.

XIX - A forma dos negócios jurídicos.

XX - Valores negativos dos actos e negócios jurídicos.

XXI - O *favor negotii*.

XXII - A extinção dos negócios jurídicos.

Programa Actual

1. INTRODUÇÃO

1.1. Noções introdutórias gerais

1.2. Aproximações ao conceito de direito e às suas finalidades específicas (Remissão)

2. O DIREITO EM SENTIDO OBJECTIVO

2.1. Fontes do direito objectivo

2.2. Distinção entre direito público e privado.

4. CONCEITO E ÂMBITO DO DIREITO PRIVADO E CIVIL

4.1. Noção e caracterização do direito civil como direito privado comum

4.2. Fontes do direito privado

3. O DIREITO SUBJECTIVO

3.1. Generalidades

3.2. Elenco e distinção das espécies de direitos subjectivos

3.3. Legitimidade, poderes e faculdades civil

4.3. Princípios fundamentais do direito privado

4.3.1. Os princípios da autonomia da vontade; da igualdade jurídica; e da protecção dos mais fracos

4.3.2. Liberdade e responsabilidade

4.3.3. Personalismo ético

4.3.4. Os princípios da confiança e da boa fé

4.3.5. A propriedade privada

4.4. Direito privado e ordem constitucional

5. A RELAÇÃO JURÍDICA

5.1. Conceito de relação jurídica

5.2. Elementos da relação jurídica

5.3. Modalidades da relação jurídica

5.4. Limitações do conceito de relação jurídica

6. AS PESSOAS FÍSICAS

6.1. Preliminares

6.1.1. Noção de pessoa jurídica

6.1.2. A pessoa na relação jurídica

6.1.3. Pessoas singulares e pessoas colectivas

6.1.4. As pessoas singulares

6.2. A personalidade jurídica

6.2.1. Noção

6.2.2. Começo e termo

6.2.3. A situação jurídica do nascituro e do cadáver

6.2.4. Os direitos de personalidade

6.3. Estado pessoal

6.4. Personalidade jurídica, capacidade jurídica, capacidade de exercício e capacidade delitual

6.5. As incapacidades negociais

6.5.1. As incapacidades de gozo

6.5.2. As incapacidades de exercício e os meios de suprimento

6.6. Referências a figuras jurídicas afins:

6.6.1. A incapacidade delitual

6.6.2. A incapacidade acidental

6.6.3. As ilegitimidades e as indisponibilidades relativas; as proibições legais relativas

6.7. Domicílio

6.8. Nacionalidade

6.9. Ausência

6.9.1. Noção

6.9.2. Estatuto jurídico do ausente

6.9.3. Efeitos

7. AS PESSOAS COLECTIVAS

7.1. O conceito de pessoa colectiva. A justificação da sua existência

7.2. Natureza jurídica das pessoas colectivas

7.3. Sistemas de reconhecimento para atribuição de personalidade jurídica

7.4. Delimitação das pessoas colectivas de direito privado e sua classificação

7.5. As pessoas colectivas do Código Civil em geral

7.6. Os tipos de pessoas colectivas regulados

7.7. Aquisição de personalidade jurídica

7.8. Capacidade jurídica e capacidade de agir

7.9. A responsabilidade da pessoa colectiva

7.10. Sede, nacionalidade e extinção da pessoa colectiva

7.11. As pessoas colectivas do Código Civil em especial

7.11.1. Associações

7.11.2. Fundações

7.12. As associações sem personalidade e as comissões especiais

8. OS BENS

8.1. As coisas em sentido jurídico

8.2. O objecto imediato e mediato da relação jurídica

8.3. As coisas como objecto mediato da relação jurídica

8.3.1. Noção e características das coisas

8.3.2. As coisas fora do comércio

8.3.3. A classificação das coisas

8.3.4. Os frutos e as benfeitorias

8.4.O património e a empresa

8.5.Acepções de património

8.6. As modalidades de patrimónios separados

9. VICISSITUDES DAS RELAÇÕES JURÍDICAS: AQUISIÇÃO, MODIFICAÇÃO E EXTINÇÃO.

9. 1. Generalidades

9.2. Constituição e aquisição

9.3. Modalidades de aquisição de direitos.

10. O Negócio Jurídico

10.1. Conceito, elementos e classificações

11. A Declaração Negocial

11.1. Noções gerais e modalidades

12. FORMA DA DECLARAÇÃO NEGOCIAL

12.1. Conceito, vantagens e inconvenientes. Princípio geral

13. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

14. FALTA E VÍCIOS DA VONTADE

14.1. Generalidades, divergências entre a vontade e a declaração, a simulação, a reserva mental, declarações não sérias, divergência não intencional, coacção física ou coacção absoluta ou ablativa, falta de consciência da declaração, erro na declaração ou erro obstáculo, vícios da vontade, o erro como vício da vontade, o dolo, a coacção, o estado de necessidade e a incapacidade accidental.

15. A REPRESENTAÇÃO NOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

15.1. Noção, pressupostos, modalidades, figuras afins e o negócio consigo mesmo.

16. OS REQUISITOS DO OBJECTO NEGOCIAL

16.1. Exigências e efeitos da inobservância dos requisitos do objecto negocial

17. CLÁUSULAS ACESSÓRIAS TÍPICAS

17.1. A condição, efeitos da condição suspensiva, o termo, o modo, encargo ou cláusula modal, cláusula penal, o sinal e a cláusula de equidade.

18. VALORES NEGATIVOS DO NEGÓCIO JURÍDICO

18.1. Ineficácia, inexistência, a invalidade e outras formas de cessação dos efeitos dos negócios jurídicos.

BIBLIOGRAFIA

Carlos Burity da Silva, TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL, FDUAN, Luanda, 2004

- Mota Pinto, TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL (nova ed., a 4.^a, por A. Pinto Monteiro e P. Mota Pinto, Coimbra Editora, 2005)
- Orlando De Carvalho, A TEORIA GERAL DA RELAÇÃO JURÍDICA: SEU ♣ SENTIDO E LIMITES. Coimbra, Centelha, 1981;
- Orlando De Carvalho, TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL - SUMÁRIOS ♣ DESENVOLVIDOS, ed. Poligrafada, Coimbra, em publicação;
- Manuel De Andrade, TEORIA GERAL DA RELAÇÃO JURÍDICA, 2 vols., ♣ 1960, 4.^a reimpressão, Coimbra, Almedina, 1974;
- Heinrich Ewald Hörster, A PARTE GERAL DO CÓDIGO CIVIL ♣ PORTUGUÊS, Coimbra, Almedina, 1992;
- José De Oliveira Ascensão, O DIREITO. INTRODUÇÃO E TEORIA GERAL, ♣ UMA PERSPECTIVA LUSO-BRASILEIRA, 11.^a ed. revista, Coimbra, Almedina, 2001;
- Luís A. Carvalho Fernandes, TEORIA GERAL DO DIREITO, 2 vols., 3.^a ♣ edição revista e actualizada, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2001;
- A. Menezes Cordeiro, TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL. Relatório, ♣ Lisboa, 1987;
- A. Menezes Cordeiro, TRATADO DO DIREITO CIVIL PORTUGUÊS, I, ♣ PARTE GERAL, Tomos I, 3.^a edição, 2005; II, 2.^a edição, 2002; e III, 2004 – Coimbra, Almedina;
- Pedro Pais De Vasconcelos, TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL, 3.^a edição, Coimbra, Almedina, 2005;
- Pires De Lima, Antunes Varela, M. Henrique Mesquita, CÓDIGO CIVIL ANOTADO, vol. I, 4.^a edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1987;
- Rabindranath Capelo De Sousa, TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL, I, Coimbra, Coimbra Editora, 2003.

► DIREITO ADMINISTRATIVO

Programa Antigo

1. Aproximação ao universo da organização administrativa.
 - I. Relação entre as opções políticoconstitucionais do Estado e a função administrativa.
 - II. As necessidades colectivas ao longo dos tempos.
 - III. O princípio da separação de poderes e a função administrativa.
 - IV. A organização administrativa, do Estado nos nossos dias
2. Os princípios constitucionais da organização administrativa.
3. A Organização Administrativa angolana actual.
4. O regime jurídico das pessoas colectivas públicas.

UNIDADE I – Administração Pública – Génese, Noção e Sentidos.

- 1.1- Génese e Noção da Administração Pública.
- 1.2- Acepções ou Sentidos da Administração Pública
 - a)- Sentido Orgânico, Subjectivo ou Estático (Organização)
 - b)- Sentido Material, Objectivo ou Dinâmico (Actividade)
- Definição da Administração Pública
- 2- A Administração Pública e a Administração Privada
 - Diferenciação quanto ao objecto, fim e meios.
 - Princípios Gerais dos Órgãos da Administração Pública.
- 3- A Administração Pública e as Outras Funções do Estado
 - a)- A função Política e a Função Administrativa
 - b)- A Função Legislativa e a Função Administrativa
 - c)- A Função Jurisdicional e a Administração Pública
- 3.1- As funções do Estado e o Direito Positivo Angolano
- 3.2- A Administração Pública como Poder.

UNIDADE II – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. SISTEMAS ADMINISTRATIVOS.

- 2.1- Administração Pública no Estado Oriental
- 2.2- Administração Pública no Estado Grego
- 2.3- Administração Pública no Estado Romano
- 2.4- Administração Pública no Estado Medieval
- 2.5- Administração Pública no Estado Moderno
- 2.6- Evolução Estrutural e Funcional.
- 2.2- Os Sistemas Administrativos
 - 2.2.1- Breve Caracterização
 - 2.2.2- Sistema Tradicional;
 - 2.2.3- Sistemas Administrativos Modernos:
 - a)- Sistema Administrativo de Tipo Britânico ou Administração Judiciária
 - b)- Sistema Administrativo do tipo Francês ou Administração Executiva
 - 2.2.4- Evolução dos Sistemas Britânico e Francês
 - 2.2.5 – Caracterização do Sistema Administrativo Angolano.

UNIDADE III–O DIREITO ADMINISTRATIVO. ORIGEM, EVOLUÇÃO E CARACTERÍSTICAS.

- 3.1- Generalidades
- 3.2- Noção de Direito Administrativo

3.3- Conteúdo Jurídico-Normativo: Tipos de Normas do Direito Administrativo:

- a)- Normas Orgânicas
- b)- Normas Funcionais
- c)- Normas Relacionais

3.4- Caracterização do Direito Administrativo:

- a)- Juventude
- b)- Forte Influência Jurisprudencial
- c)- Autonomia
- d)- Codificação Parcial

3.5- O Direito Administrativo e os Outros Ramos do Direito

3.5.1-O Direito Administrativo e as suas divisões:

- a)- Direito Administrativo Geral
- b)- Direito Administrativo Especial
- c)- Direito Administrativo Militar
- d)- Direito Administrativo Cultural
- e)- Direito Administrativo Social
- f)- Direito Administrativo Económico
- g)- Direito Administrativo Financeiro

3.5.2- O Direito Administrativo e os outros Ramos do Direito:

- a)- O Direito Administrativo e o Direito Constitucional
- b)- O Direito Administrativo e o Direito Judiciário
- c)- O Direito Administrativo e o Direito Penal
- d)- O Direito Administrativo e o Direito Internacional

3.5.3- A Ciência do Direito Administrativo e as Ciências Auxiliares do Direito Administrativo

3.5.3- As Ciências Auxiliares da Ciência do Direito Administrativo – As Ciências Jurídicas e as Ciências Não-Jurídicas.

- A Teoria Administrativa
- A Reforma Administrativa

UNIDADE IV – AS FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO. SUA HIERARQUIA. CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES NO DIREITO ADMINISTRATIVO ANGOLANO.

4.1-As Fontes do Direito Administrativo;

4.2-Hierarquia das Fontes do Direito Administrativo;

4.3-Ausência de um Critério Material de Lei e Notas Tendencialmente Caracterizadoras.

4.4-O Sentido Especificamente Constitucional Do Termo (Lei)

4.4.1 - A Lei no Ordenamento Constitucional Angolano

4.4.2-As Leis de Bases – Seu Sentido

4.4.2-As Leis Ordinárias em Geral

4.5-Os Actos Legislativos do Presidente Da República

4.5.1-O Poder Regulamentar

4.6-Hierarquia das Leis Sobre os Regulamentos

4.7-O Costume – Artigo 7º da CRA

4.8-Characterização das Fontes do Direito Administrativo Angolano

4.9-O Ensino do Direito Administrativo em Angola

UNIDADE V - A ACTIVIDADE ADMINISTRATIVA

5.1-O Procedimento Administrativo (Generalidades)

5.2-Noção de Procedimento Administrativo – (artigo 2º do CPA)

5.3-A Marcha do Procedimento Decisório de 1º grau para a tomada de uma decisão administrativa – (artigo 112º e ss do CPA)

5.4.1-Natureza Jurídica do Acto Tácito – (artigo 165º do CPA)

5.5-Fundamento da Impugnação Contenciosa do Indeferimento Tácito

5.6-A Decisão expressa do Procedimento Administrativo

5.7.1-O Acto Administrativo (Perspectiva Histórica e Noção)

5.8.2-Elementos do Acto Administrativo e Natureza Jurídica

5.8.3-Characterísticas do Acto Administrativo

5.8.4-Acto Administrativo Definitivo e Executório

5.8.5-Tipologia dos Actos Administrativos

5.8.6-Actos Secundários

5.8.7-Os Vícios do Acto Administrativo

5.9-Procedimento Regulamentar – (artº 171º e ss do CPA)

5.9.1-Classificação do Procedimento Regulamentar

5.9.2-Characterísticas do Regulamento ou Poder Regulamentar

5.9.3-Distinção entre Regulamento e Lei

5.9.4-Sistema de Impugnação Contenciosa

5.9.5-Distinção entre o Regulamento e o Acto Administrativo

5.10- O Contrato Administrativo (Noções Básicas)

UNIDADE VI: A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – (nº 2 do artigo 3º do CPA)

5.1- Noção de Organização Administrativa

6.2- Estrutura da Administração Pública Angolana

6.3- Os Princípios Fundamentais da Organização Administrativa.

6.4- Elementos da Organização Administrativa

6.4.1- As Pessoas Colectivas Públicas – (artigo 4º e ss do CPA)

- a)- Critérios para a caracterização das pessoas colectivas (simples e complexo)
- b)- Espécies de Pessoas Colectivas em Angola
- c)- Regime Jurídico das Pessoas Colectivas Públicas
- d)- Órgãos da Pessoa Colectiva Pública – (artº 5º do CPA)
- e)- Atribuições e Competências das Pessoas Colectivas Públicas (Conceito de atribuições e de competências) – artº 6º do CPA
- Critério de delimitação de competências – espécies
- Espécies de Competências quanto ao modo, termos do exercício, substância e efeitos, titularidade, nº de órgãos e quanto a sua inserção nas relações inter-orgânicas.
- Conflitos de atribuições e competências – (artigo 77º e ss do CPA)

6.4.2- Os Serviços Públicos

- a)- Conceito de Serviços Públicos
- b)- Espécies de Serviços Públicos
- c)- Traços característicos do regime Jurídico dos Serviços Públicos
- d)- Organização dos Serviços Públicos

6.4.3- Hierarquia Administrativa – Noção e Caracterização – (artigo 7º do CPA)

- a)- Espécies de hierarquia administrativa
- Hierarquia Interna
- Hierarquia Externa
- Conteúdo de hierarquia administrativa

UNIDADE VII – SISTEMAS OU MODELOS DE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.

7.1-Conceitos de Concentração e Desconcentração Administrativa;

7.2- Vantagens e Inconvenientes da Desconcentração;

7.3- Espécies de Desconcentração;

7.3.1- Delegação de Poderes – (artigo 64º e ss do CPA)

- Requisitos da Delegação de Poderes

7.3.2-Figuras Afins da Delegação de Poderes

7.3.3-Espécies de Delegação de Poderes

7.3.4-Requisitos da Delegação de Poderes

7.3.5-Extinção da Delegação

7.3.6-Natureza Jurídica da Delegação de Poderes.

7.4-Noções;

7.5-Pressupostos e elementos da descentralização;

7.5.1-Espécies de Descentralização Administrativa;

- 7.5.2-Limites da Descentralização;
- 7.6-Tutela Administrativa – (artigo 10º do CPA)
- 7.6.1-Figuras Afins;
- 7.6.2-Espécies de Tutela;
- 7.6.3-Regime jurídico da tutela;
- 7.6.4-Natureza Jurídica;
- 7.7-Vantagens/Inconvenientes da Descentralização e centralização;
- 7.8-INTEGRAÇÃO E DEVOLUÇÃO DE PODERES
- 7.8.1- Conceitos
- 7.8.2-Regime Jurídico
- 7.8.3-Vantagens e Inconvenientes
- 7.9-A Superintendência (artigo 11º do CPA) e Tutela Administrativa
- 7.9.1-Natureza Jurídica da Superintendência (Orientações doutrinárias) – artigo 11º do CPA
- 7.10-Espécies de Organização Administrativa
- 7.10.1-Administração Directa do Estado
- 7.10.2-Administração Local do Estado
- 7.10.3-Características da Administração Directa ou Central do Estado
- 7.10.4-Órgãos Locais do Estado
- 7.10.5-Serviços Locais do Estado
- 7.11-Magistrados Administrativos
- 7.12-Administração Periférica
- 7.13-Administração Indirecta do Estado
- 7.13.1-Institutos Públicos
- 7.13.2-Empresas Públicas
- 7.14-Administração Autónoma
- 7.14.1-Espécies de Associações Públicas
- 7.14.2-Natureza Jurídica das Associações Públicas
- 7.14.3-Administração Autárquica Local/As Autarquias Locais.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA:

Oliveira, F.P.(2013). Noções Fundamentais de Direito Administrativo, Coimbra: Almedina;

Amaral, D.F.(2011). Curso de Direito Administrativo, volume II (2ª edição). Coimbra: Almedina;

Amaral, F., Cauperes, J., Claro, J.M. Raposo, J., Garcia, M.G., Vieira, P.S., Silva, V.P. (2005), Código do Procedimento Administrativo Anotado, com legislação complementar (5ª edição) Coimbra: Almedina.

Andrade, J.C.V. (2010) – Lições de Direito Administrativo, Coimbra, Universidade de Coimbra.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Amaral, D.F.(2011). Curso de Direito Administrativo, volumes I e II (2ª edição). Coimbra:

Almedina:

Poulson. Lazarino., Pensar Direito, volume III, 2009

Constituição 2010.

Sumários Desenvolvidos pelos Professores Carlos Maria Feijó e Carlos Teixeira, 2012.

► EXPRESSÃO ESCRITA E ORAL II

Programa Antigo

- 1.Introdução à leitura, interpretação e produção de texto;
- 2.Texto dissertativo de carácter científico;
- 3.Texto informativo técnico;
- 4.Coesão e coerência textual;
6. Normas gramaticais aplicáveis ao texto;
7. Oratória;
8. Recursos áudio visuais: vantagens e desvantagens;
9. Tipologia textual: resenha, artigo científico e relatório;

TEMA I: O Texto. Procedimentos de Escrita.

- 1.1 O que é um texto
- 1.2. Propriedades de um texto
 - 1.2.1. Adequação
 - 1.2.2. Coerência
 - 1.2.3. Coesão
 - 1.2.4. Progressão temática
- 1.3. Etapas da construção do texto:
 - 1.3.1. Encadeamento das partes do texto;
 - 1.3.2. Construção do parágrafo e da frase;
 - 1.3.3. Pontuação e acentuação;
 - 1.3.4. Vocabulário e ortografia;

Tema II: Formas Literárias

- 2.1.Texto Literário
- 2.2.Texto não Literário

TEMA III: Técnicas de redacção de textos utilitários

- 3.1. Actas
- 3.2. Requerimento
- 3.3. Carta comercial e não comercial
- 3.4. Cartas de apresentação
- 3.5. “Curriculum Vitae”
- 3.6. Relatório Simples

TEMA IV: Tipos de textos e intenções comunicativas

- 4.1. Texto descritivo
- 4.2. Texto narrativo
- 4.3. Texto de diálogo
- 4.4. Discurso directo e discurso indirecto

Tema V: Descodificação do raciocínio lógico

- 5.1. Interpretação e apreensão do sentido global de textos de géneros diversificados

Tema VI: Descodificação e elaboração do Discurso

- 6.1. O Resumo
- 6.2. A Síntese
- 6.3. O Sumário
- 6.4. O Comentário
- 6.5. O debate

Tema VII: Texto expositivo e/ou Argumentativo

- 7.1. Estrutura do texto expositivo
- 7.2. Estrutura do texto argumentativo
- 7.3. Redacção de textos expositivos e/ou argumentativos tendo em conta a análise crítica de temas actuais.

TEMA VIII - Semiótica e Hermenêutica do Texto Jurídico

- 8.1 - Definição de termos e conceitos fundamentais
- 8.2 - A Semiótica e a Lexicologia, Sintaxe, Morfologia, Semântica, Antropologia e a Cognição.
 - Representação linear e arbórica das frases e morfemas.
 - A problemática do sentido.
- 8.3 - A Hermenêutica do texto jurídico.
- 8.4 - Linguagem e comunicação jurídica.
- 8.5 - Leitura e escrita de cartas jurídicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Azeredo, M. Olga, Pinto, M. & Lopes, M. Carmo (2009). Da Comunicação à Expressão – Gramática de Português, Lisboa: Lisboa Editora;

Cunha, Celso & Cintra, Lindley (2002). Nova Gramática do Português Contemporâneo. Lisboa: Edições João Sá da Costa (17ª edição).

Das Neves, M. A. C. (2010). Semiótica Linguística e Hermenêutica do Texto Jurídico. Lisboa: Instituto Piaget.

Miguel, Maria Helena, Convergências (s/d). Manual Universitário de Português. Luanda.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Bergström, Magnus (2004). Prontuário Ortográfico e Guia da Língua Portuguesa. Lisboa: Editorial Notícias (47ª edição).

Campbell, John (1993). Técnicas de Expressão Oral. Lisboa: Editorial Presença (1ª edição).

Carvalho, J. A. B. (1999). O ensino da escrita – da teoria às práticas pedagógicas.

Casteleiro, J. M. & Correia, P. D. (2008). Atual – O novo acordo ortográfico. Lisboa: Texto Editora (2ª edição).

Duarte, Inês (2000). Língua Portuguesa - Instrumento de Análise. Lisboa: Universidade Aberta.

Duarte, Inês. (2007). O Conhecimento da Língua: Desenvolver a Consciência Linguística.

Lisboa: Direcção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.

Estrela, Edite & Pinto-Correia, J. David (2001). Guia Essencial da Língua Portuguesa para a Comunicação Social. Lisboa: Editorial Notícias (5ª edição).

Freire, António (1996). Técnicas de Expressão do Português. Braga: Edições APPACDM.

Gomes, Álvaro. (2009). Gramática Pedagógica e Cultural da Língua Portuguesa. Porto, Edições Flumen/Porto Editora.

Monteiro, Deolinda, & Pessoa, Beatriz (1999). Guia Prático dos Verbos Portugueses. Lisboa: Lidel. Laranjeira;

Pires (1996). Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa. Lisboa: Universidade Aberta;

Moura, José de Almeida. 2003). Gramática do português actual. Lisboa, Lisboa Editora.

Oliveira, Maria Manuel (2005). Fábrica do Texto – Guia para a produção de diferentes tipos de textos. Cascais: Arte Plural Editores.

Oliveira, Fátima e Duarte, Isabel Margarida (orgs.). (2004). Da língua e do discurso. Porto, Campo de letras.

Pinto, José Manuel de Castro & Lopes, Maria do Céu Vieira (2004). Gramática do Português Moderno. Lisboa: Plátano Editores (5ª edição).

Porto Editora (2008). Dicionário de Verbos Portugueses. Porto: Porto Editora.

► DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Programa Antigo

Introdução

- I - o direito internacional privado enquanto ramo do direito
- II - planos, processos e técnicas de regulação das situações transnacionais
- III - delimitação do âmbito do curso

Parte I

Direito de conflitos - parte geral

- I - natureza do direito de conflitos
- II - objeto e função da norma de conflitos
- III - a justiça e os princípios gerais do direito de conflitos
- IV - estrutura geral da norma de conflitos
- V - interpretação e aplicação da norma de conflitos
- VI - do elemento de conexão
- VII - remissão para ordenamentos jurídicos complexos
- VIII - a devolução ou reenvio
- IX - a fraude à lei
- X - a qualificação
- XI - problemas especiais de interpretação e aplicação do direito de conflitos
- XII - estatuto do direito estrangeiro
- XIII - limites à aplicação do direito estrangeiro ou Transnacional

Parte II – noções fundamentais da parte especial do direito de Conflitos e do direito de reconhecimento

- I – regras de conflitos fundamentais
- II – direito de reconhecimento.

PROGRAMA NOVO

Unidade-I: INTRODUÇÃO

Objectivo Especifico

- a) Capacitá-los com conhecimento preliminares sobre temas básicos de direito internacional e a sua relação com direito do Estado
- b) Esta unidade tem como objectivo introduzir os alunos nos conceitos teóricos e introdutório da disciplina.

TEMAS:

- 1 .Conceito, caracterização e sistematização do direito internacional
- 2. Os fundamentos da obrigatoriedade do direito internacional

3. Evolução histórica do direito internacional
4. Direito Internacional e o direito interno angolano
- 4.1. Integração e recepção do DI no direito angolano (art. 13º)
- 4.2. A Constituição de Angola e relações internacionais (art. 12º)

UNIDADE II: Fontes do direito internacional público

Objectivo Específico

Visa compreender o procedimento legislativo internacional nesta disciplina

Esta unidade pretende fornecer sólidos conhecimentos e domínio das principais fontes específicas de direito internacional público.

TEMAS:

I- Costume internacional

1. Conceito de fonte do direito internacional
2. O costume Internacional
3. Elementos de prova do costume internacional
4. Hierarquia entre as fontes e hierarquia entre as normas do DIP.

II- Tratados internacionais

1. Conceito de tratado- Convenção de Viena (1969)
2. Classificação das convenções internacionais.
3. Conclusão das convenções internacionais
4. Anulação e extinção das convenções internacionais
5. Fiscalização da constitucionalidade das convenções internacionais

III- Outras fontes de DIP

1. Jurisprudência
2. A equidade
3. Os actos jurídicos unilaterais

UNIDADE III- Sujeitos de direito internacional público

Objectivo específico

Como integram e actuam os sujeitos na sociedade internacional

Ajudar os alunos a saber quem são sujeitos em direito internacional.

TEMAS:

I- O Estado como sujeito de direito internacional público

1. A juricidade e reconhecimento internacional do Estado
2. Reconhecimento do Estado, dos beligerentes e dos insurrectos
3. O Estado: elementos constitutivos do Estado

3.1 O território

3.2 A população

4. Responsabilidade internacional do Estado

5. Elementos constitutivos do Estado: o poder político

II- As Organizações internacionais como sujeito de direito internacional público

1. Generalidade: conceito e história geral das organizações internacionais

2. A Organização das Nações Unidas e suas agências

3. União Europeia

4. União Africana

4.1. As organizações regionais: SADC, CPLP e PALOP

III- A Santa Sé e o indivíduo como sujeito de direito internacional

1. O carácter jurídico internacional da Santa Sé

2. Constituição e composição do Estado do Vaticano

3. O direito canónico

4. E personalidade jurídica internacional do indivíduo.

UNIDADE IV- Direito Internacional e relações internacionais

Objectivos específicos

Perceber a importância dos Estados e o modo como este influencia e domina política e juridicamente a vida internacional

Conhecer o carácter jurídico das relações e representações diplomáticas.

TEMAS:

1. O carácter jurídico da interdependência dos Estados

2. Política externa do Estado nas relações internacionais

II- Relações Internacionais dos Estados

1. Evolução histórica

2. Missões diplomáticas permanentes

3. Missões diplomáticas especiais

4. Privilegios diplomáticos

III- Relações Consulares

1. Evolução histórica

2. Instituições Consulares

UNIDADE V- Direito humanitário e resolução de conflitos

Objectivo específico

Conhecer as estratégias da negociação em conflitos

Conhecer os mecanismos jus-políticos de garantia da paz e da segurança internacional.

TEMA:

I- Meios de resolução de conflitos internacionais

1. Meios diplomaticos
2. Meios politicos
3. Meios juridicos

II- Manutenção da paz e da segurança internacional

1. Direito humanitário e intervenções humanitárias
2. Desarmamento: manutenção da paz, imposição da paz e arbitragem
3. Sanções
4. Direitos Humanos
4. Caracter juridico dos DH
- 4.1. Declaração universal dos DH
- 4.2. Pacto e convenções dos DH
- 4.3. A ONU e os DH
- 4.4 Odireito Humanitário
- 4.5. Questões juridicas complexas do direito humanitário
- 4.6. Convenções de Genebra sobre a assistencia humanitária

III- Os Tribunais Internacionais

- 1.Tribunal internacional de justiça
2. Tribunal Penal Internacional

VI- BIBIOGRAFIA

CRA de 2010

Soares,Albino de Azevedo.lições de direito internacioanl público 4ºEd. 1996

Miranda,Jorge, curso de direito internacional pu'blico 3ªEd. 2008

Gouvêla,Jorge Bacelar,manual de Direito internacional,introdução,fontes relevancia, sujeitos, dominio, garantia.2003.

Moreira ,Adriano, Bugallo,Alejandro e Albuquerque, Celso, legado politico do ocidente,(Homem e o Estado), 1995..

► DIREITO ECONÓMICO

PROGRAMA ANTIGO

Introdução

1. Origens da disciplina
2. Problemas pedagógicos e científicos particulares

Parte I

I. Capítulo primeiro – Noções introdutórias fundamentais

II. Capítulo segundo - A constituição económica

III. Capítulo terceiro - Direito económico nacional

IV. Capítulo quarto – Iniciativa económica e intervenção económica pública

V. Capítulo quinto - Alteração das condições de intervenção pública - os processos de privatização e os processos de regulação económica - remissão para a parte especial

- Os processos de regulação económica em geral

Parte II

Áreas especiais do direito da economia

I. Capítulo primeiro - Direito da Concorrência e direito da regulação económica – do direito da concorrência em especial

II. Capítulo segundo - O direito da regulação económica

Capítulo terceiro - Direito do consumo (defesa dos consumidores)

PROGRAMA ACTUAL

Cap. 1 – INTRODUÇÃO AO DIREITO ECONÓMICO

1. Definição do Direito Económico;
- 1.1 Conceito de Actividade Económica;
- 1.2 Principais Características do Direito Económico.
2. Conteúdo, Objectivo e Abrangência do Direito Económico;
3. Autonomia Científica do Direito Económico;

Cap. 2 – A CONSTITUIÇÃO ECONÓMICA

- 2.1 Direito Económico Nacional;
- 2.2 Iniciativa Económica e intervenção económica pública;
- 2.3 Alteração das Condições de intervenção pública – os processos de privatização e os processos de regulação económica (parte especial);
- 2.4 Os processos de regulação económica em geral.

Cap. 3 – A PRODUÇÃO, MERCADOS E PREÇOS

1. O que representa a Moeda;
2. Preços dos Produtos: Elásticos, Inelásticos, Padronizados e não Padronizados;
3. Teoria da Troca Desigual;

Cap. 4 – O ESTADO COMO AGENTE NORMATIVO E REGULADOR DA ACTIVIDADE ECONÓMICA

1. O Estado Prestador de Serviços Públicos;
2. Actividade Económica Exercida pelo Estado;

3. O Estado e as Empresas Estatais;
4. Intervenção do Estado no Domínio Económico;

Cap. 5 – DIVISÃO DO DIREITO ECÓNOMICO

1. Direito Financeiro e Orçamentário;
2. Direito Penal Económico;
3. Direito da Livre Concorrência;
4. Direito Internacional Económico;
5. Fontes do Direito Económico;
6. Abuso do Poder Económico;
7. Noções gerais de Direito Administrativo Económico;

BIBLIOGRAFIA

Obrigatória

- BASTOS, Celso Ribeiro. Direito Económico. Ed. Celso Bastos, 2000.
- RODAS, João Grandino e OLIVEIRA, Gesner. Direito e Economia da Concorrência. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.
- SUNDFELD, Carlos Ari (org.). Direito Administrativo Económico. São Paulo: Malheiros.
- Morais, L., 2014. Direito da Economia. Volume I. Lisboa.
- Santos, A. C., Gonçalves, M. E., Marques M.M.L. 2004, Direito Económico (5ª Edição/Coimbra; Almedina;
- Cunha. A.C. (2009), Despesas Públicas e Contratação Pública, Centro de Estudos e Formação Autárquica, Coimbra;
- Hood. C., R.H., Baldwin, R., 2004 The Government of Risk.
- Constituição, 2010;
- DOMINGOS, Francisco João, Temas Essenciais do Direito da Economia Angolana, Escolar Editora, Lobito, 2014.

BIBLIOGRAFIA complementar:

- BASTOS, Celso Ribeiro. O abuso do poder económico e o projeto de lei n. 3.712. S. Paulo: Max Limonad. Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC/SP, 1995, p.13.
- DOTTI, René Ariel. A criminalidade económica. S. Paulo: AASP. Revista do Advogado n. 24, 1987, p.38.
- HEILBRONER, Robert. A história do pensamento económico. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. Tradução de Rolf Kuntz.

2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 333 p.

► FINANÇAS PÚBLICAS

PROGRAMA ANTIGO

Introdução

Parte I - As Despesas e as Receitas

I - Despesas Públicas

II - Receitas Tributárias

III - Impostos e demais figuras tributárias

IV Sistemas Fiscais

V - A Constituição Fiscal

VI - Dívida Pública

VII - Receitas Patrimoniais e outras

Parte II - O Orçamento do Estado em Especial

VIII - Noções Introdutórias

IX - Das regras orçamentais em especial

X - Conteúdo do Orçamento

XI - Preparação e Aprovação do Orçamento

XII - Execução orçamental

XIII - Controlo e Responsabilização

Financeira.

PROGRAMA ACTUAL

XX

XX

► DIREITO COMUNITÁRIO (UNIÃO EUROPEIA E INTEGRAÇÃO REGIONAL)

PROGRAMA ANTIGO

Programa Introdução

1. Pressuposto: o constitucionalismo de níveis múltiplos

2. Método de abordagem do Direito da União Europeia

Parte I – A evolução do processo de integração europeia – das origens ao Tratado de Lisboa

1 – Da criação das Comunidades Europeias até ao Ato Único Europeu

2 - Os projectos de integração europeia...

3 - Os anos 50: a criação das Comunidades Europeias

4 - Os anos 60 e 70 – um período de estagnação?

5 - Os anos 80 – o impulso do Ato Único

Capítulo II – Da criação da União Europeia até ao Tratado de Nice

6 - O Tratado da União Europeia assinado em Maastricht

7 - O Tratado de Amesterdão

8 - O Tratado de Nice

9 - A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia

Capítulo III – A refundação da União

Europeia – do TECE até ao Tratado de Lisboa

10 - O Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa

11 - O Tratado de Lisboa – a saída da crise?

Parte II – A Constituição Política da União Europeia

12 – A União Europeia como união de Estados e de cidadãos

13 – A cidadania da União e a protecção dos direitos fundamentais

Parte III – As atribuições, a estrutura orgânica e os procedimentos de decisão na União Europeia

14 - Integração regional

15 - União Africana

PROGRAMA ACTUAL

XX

XX

3º ANO

► DIREITO PENAL

PROGRAMA ANTIGO

I Definição do Direito Penal

1. Metodologia jurídica no estudo do Direito Penal.
2. Estrutura da norma penal: o crime e a sanção criminal.
3. O conceito de crime no Direito Penal e nas ciências empíricas sobre o comportamento criminoso.
4. Conceito material de crime. Conceito material de crime e constituição penal. a) Limites negativos do ilícito penal; b) Limites positivos do ilícito penal: obrigações implícitas e explícitas de incriminação.
5. As sanções criminais: penas e medidas de segurança. 6. O problema dos fins das penas: a discussão filosófica e constitucional.
7. Conceito material de sanção criminal e constituição penal. O problema à luz do

Direito internacional. 8. Os modelos de política criminal.

9. Delimitação do Direito Penal relativamente a outros ramos do Direito.

10. Direito Penal Especial, Direito Penal Secundário e Direito de Mera Ordenação Social.

11. Funções do Direito Penal no Estado de Direito democrático e social: os princípios constitucionais de Direito Penal (legalidade, culpa, necessidade das penas e das medidas de segurança, igualdade, humanidade e socialidade).

12. Definição material de Direito Penal.

II Princípios e Fontes do Direito Penal

1. Princípios do Estado de Direito

Democrático e Social e fontes de Direito Penal no Direito interno. Primeira análise dos princípios constitucionais do Direito Penal

2. Fontes internacionais do Direito Penal. O Direito Internacional Penal.

3. Direito da União Europeia e fontes do Direito Penal. Análise das repercussões do Tratado de Lisboa no Direito Penal português

4. Princípio da legalidade e reserva de lei.

5. Princípios sobre a interpretação da lei penal. Proibição da analogia incriminadora.

Primeira abordagem da questão da interpretação da lei penal 6. Princípio da legalidade e configuração das normas penais: tipicidade e precisão.

7. Princípio da legalidade e aplicação da lei penal no tempo.

8. Âmbito de validade espacial da lei penal.

9. Cooperação judiciária internacional:

Extradição e mandado de detenção europeu. Estudo da problemática constitucional e de direito internacional.

10. Princípios do Direito Penal e concurso de normas penais.

III A interpretação da lei penal e a metodologia da decisão de casos

1. A interpretação da lei penal como problema específico da metodologia jurídica. A interpretação como analogia num sentido lógico e a metodologia da decisão do caso penal.

2. Os sistemas de definição do crime clássico, neoclássico e finalista e a técnica de aplicação da lei penal deles resultante.

3. As alterações à técnica de aplicação da lei penal propostas pelos funcionalismos.

4. A aplicação da lei penal como imputação de um facto penalmente desvalioso.

5. A importância da filosofia da acção na imputação penal. A aplicação da lei penal

como decisão sobre a responsabilidade penal. Pressupostos de uma teoria jurídica da decisão do caso penal.

6. A definição lógica geral de crime como acção típica, ilícita, culposa e punível.

Análise do conteúdo dos elementos do conceito crime.

1. Introdução à metodologia da decisão de casos a partir da problemática da acção.

PROGRAMA ACTUAL

NOÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

1. Noção de Direito Penal. Direito Penal e Ciência do Direito Penal.
2. Objecto de estudo do Direito Penal
3. Noção de Crime
4. Noção formal e material do Direito penal e do Crime
5. Carácter positivo, imperativo e sancionador do Direito Penal. Estrutura da norma penal. Autonomia do Direito Penal
6. Penas e medidas de segurança. Medidas sancionatórias sem natureza penal.
7. O Direito Penal e o Direito Processual Penal.
8. Ciências auxiliares do Direito Penal.
 - 8.1. A Criminologia. As modernas correntes da Criminologia.
 - 8.2. A Filosofia do Direito.
 - 8.3. A Medicina Legal.
 - 8.4. Vitimologia
 - 8.5. A sociologia
 - 8.6. A Psicologia
9. As normas penais, o facto ilícito penal e a sanção
10. Direito penal e o poder punitivo do Estado
 10. 1. O direito positivo como materialização do poder punitivo do Estado.
 10. 2. Natureza do “*ius puniendi*”
 10. 3. O poder punitivo e Estado democrático.
 10. 4. Relações entre o Direito Penal Objectivo e o Direito Penal Subjectivo
11. O conceito de Bem Jurídico.
12. Extensão do Direito Penal; Direito Penal Material, Direito Penal Processual e Direito Penal Penitenciário.
13. Fins do Direito Penal e fins das sanções penais
14. Distinção entre fins do Direito Penal e fins das penas

15. Fins do Direito Penal e fins do Direito
16. Teorias absolutas
17. Teorias relativas
 - 17.1. A prevenção geral
 - 17.2. A prevenção geral negativa e positiva
 - 17.3. A prevenção especial
 - 17.4. A prevenção especial negativa e positiva

CAPÍTULO II - A LEI PENAL

1. Fontes do Direito Penal
 2. O princípio da legalidade ou «*nullum crimen sine lege*». Aplicação do princípio. A proibição da analogia e da interpretação extensiva.
 3. A aplicação da lei penal no tempo. O princípio da não-retroactividade. Excepções ao princípio. Determinação da lei mais favorável. Determinação do momento da prática da infracção. Outras aplicações dos princípios da não-retroactividade e da retroactividade da lei mais favorável.
 4. Aplicação da lei penal no espaço. Princípios. Aplicação do princípio da territorialidade. Insuficiência do princípio. Extraterritorialidade da lei penal. Reconhecimento das sentenças penais estrangeiras.
 5. A validade da lei penal no espaço e em relação às pessoas.
 - 5.1. Direito Penal Internacional e Direito Internacional Penal.
 - 5.2. Princípios.
 - 5.3. Obrigatoriedade da lei penal e princípio da territorialidade e do pavilhão.
 - 5.4. Aplicação da lei angolana a crimes cometidos no estrangeiro.
 - 5.5. O princípio realista.
 - 5.6. O princípio da nacionalidade
 - 5.7. O princípio universalista ou da justiça universal
 - 5.8. O princípio residual resultante da proibição constitucional da extradição (princípio da humanidade).
 - 5.9. O lugar da prática e do facto. O critério de ubiquidade.
 6. A extradição, direito de asilo e expulsão de estrangeiros (aspectos substantivos)
 7. A extradição. Princípios gerais
 8. Direito de asilo
 9. Expulsão de estrangeiros
- ## CAPÍTULO III - PRINCÍPIOS ESSENCIAIS DO DIREITO PENAL
1. Princípio da autonomia.
 2. Princípio da proporcionalidade.

3. Princípio da subsidiariedade.
4. Princípio da jurisdicionalidade do Direito Penal.
5. Princípio da culpabilidade. Princípio da culpabilidade como fundamento e limite do Direito Penal.
6. O princípio da humanidade das penas e dignidade da pessoa enquanto limite da duração e execução das penas.
 - 6.1. A pena como *última ratio* das sanções jurídicas.
 - 6.2. A dignidade da pessoa humana como limite da duração e da execução das penas.
 - 6.3. Natureza do Direito Penal

CAPÍTULO IV - NATUREZA E FINS DAS SANÇÕES PENAIS

1. Pluridimensionalidade dos fins das sanções penais
2. Natureza e fins das penas criminais
3. Natureza e fins das medidas de segurança
4. Monismo e dualismo das penas e medidas de segurança

CAPÍTULO V – A INFRACÇÃO PENAL. NOÇÕES GERAIS. OBJECTO DE ESTUDO.

1. Crimes e Contravenções. Regras específicas aplicáveis às Contravenções. Distinção entre Infracção Penal e Ilícito Civil.
2. Conceito de Infracção Penal. Noção formal e noção material. Pressupostos da Infracção. Concepção objectiva e concepção subjectiva. Concepção unitária e concepção analítica ou atomista da infracção. Objecto da teoria da Infracção. Necessidade de uma «teoria da Infracção» a partir dos tipos legais concretos. Elementos da Infracção. As sucessivas fases do desenvolvimento da teoria da Infracção. Os sistemas clássico, neoclássico e finalista.
3. Direito de Mera Ordenação Social

CAPÍTULO VI – TEORIA DO CRIME

1. A Acção: Acção em sentido lato e Acção em sentido estrito. A Omissão. O Evento.
2. O nexo de causalidade: o problema da causalidade. A teoria da equivalência das condições ou da «*conditio sine qua non*». A teoria da causalidade adequada. Referência a alguns critérios integradores ou correctores do princípio da Adequação. (A diminuição do risco, a criação de um risco jurídico-penalmente relevante, o aumento do risco permitido, a esfera de protecção da norma). A irrelevância dos desvios no processo causal e a chamada causa hipotética ou virtual. A causalidade da omissão. O problema da causalidade no Código Penal.
3. Característica do facto ilícito
4. Omissão relevante em Direito Penal
5. Nexo de casualidade
6. Tipicidade

- 6.1. Tipo objectivo
- 6.2. Tipo subjectivo
- 7. Dolo
 - 7.1. Dolo Intelectual
 - 7.2. Dolo Volitivo
 - 7.3. Dolo Directo
 - 7.4. Dolo Necessário
 - 7.5. Dolo Eventual
 - 7.6. Dolo Específico
- 8. Negligência
 - 8.1. Elemento objectivo
 - 8.2. Elemento subjectivo
 - 8.3. A Negligência Consciente e Negligência Inconsciente.
 - 8.4. Tipicidade nos crimes Negligentes de Resultado.
 - 8.5. A Ilícitude e Culpabilidade no crime Negligente.
- 9. O erro
 - 9.1. Erro relevante
 - 9.2. Erro Essencial
 - 9.3. Erro accidental
 - 9.4. Erro tipo/representação
 - 9.5. *Aberratio ictus*/execução
 - 9.6. Erro no processo executivo
 - 9.7. Tipos de tipicidade
 - 9.8. Tipos incriminadores
 - 9.9. Tipos justificadores
- 10. Classificação dos crimes em razão da sua estrutura típica
 - 10.1. Criminalidade económica, financeira e informática
 - 10.2. Gerais ou Comuns e Crimes Especiais ou Próprios
 - 10.3. Crimes Comissivos e Crimes Omissivos
 - 10.4. Próprios/impróprios
 - 10.5. Crimes Formais e Crimes Materiais; Crimes de Mera Actividade e Crimes de Resultado
 - 10.6. Crimes de Dano e Crimes de Perigo. Crimes de Perigo Concreto, Crimes de Perigo Abstracto, Crimes de Perigo Abstracto-Concreto e Crimes de perigo Comum
 - 10.7. Crimes Qualificados pelo Resultado
 - 10.8. Crimes Simples, Crimes Complexos e Crimes Pluriofensivos

10.9. Crimes Instantâneos, Crimes Permanentes, Crimes Instantâneos de Efeitos Permanentes e Crimes Habituais, Crimes Unisubsistentes e Crimes Plurisubsistentes

10.10. Crimes Qualificados e Crimes Privilegiados

10.11. Crimes Dolosos, Crimes Negligentes e Crimes Preterintencionais, Crime Culposos

10.12. Crimes Progressivos, Crimes de Acção Múltipla ou de Conteúdo Variado, Crimes Exauridos, Crimes de tendência ou de Intenção e Crimes de Empreendimento ou de Atentado

11. Ilícitude. Generalidades

12. Causas de Justificação. Considerações Preliminares

12.1. Exercício de um direito

12.2. Colisão de direitos

13. Legítima Defesa

13.1. Agressão e defesa

13.2. Excesso de legítima defesa

14. O Direito de Necessidade

14. 1. Acção directa

15. O Cumprimento de um Dever

15.1. Conflitos de deveres

16. Consentimento do Ofendido

17. A Culpa, conceito, fundamento e delimitação

17.1. Elementos de culpabilidade

17.2. Imputabilidade e Imputação

17.3. Causas de exculpação

18. A Punibilidade. Generalidades

CAPÍTULO VII – A ESTRUTURA GERAL DO FACTO ILÍCITO. ELEMENTOS E CIRCUNSTÂNCIAS ESSENCIAIS

1. Preliminares

2. O Sujeito Activo

3. Elementos Objectivos Constitutivos do Facto Típico

4. Elementos Subjectivos Constitutivos do Facto Ilícito

5. Causas de Justificação

CAPÍTULO VIII – ESTRUTURA ACIDENTAL DO CRIME

1. A Estrutura Essencial e a Estrutura Acidental do Crime

2. As Circunstâncias. Sua Classificação

3. Circunstâncias Comuns e Elementos do Crime

4. O Valor das Circunstâncias Comuns e Circunstâncias Modificativas. O Valor das Circunstâncias Comuns.

5. A Posição da Teoria das Circunstâncias no Sistema Penal

CAPÍTULO IX – FORMAS DO CRIME. ESTÁDIOS DE REALIZAÇÃO DO CRIME

1. Conceito de «*Iter Criminis*» ou processo de realização do crime

2. A Resolução Criminosa. Sua relevância

3. Actos Preparatórios

3.1. Punibilidade dos Actos Preparatórios. Classificação autónoma dos Actos Preparatórios como crimes.

4. Actos de Execução

5. A Consumação e o Exaurimento do Crime

6. Participação e Comparticipação no Crime; Concurso de Crimes e Crime Continuado.

Fundamento do Crime Continuado. Elementos do Crime Continuado. Natureza do Crime Continuado. Punição do Crime Continuado Crime Continuado e Caso Julgado. Remissão

8. A Tentativa

9. A Frustração. O Crime Frustrado.

10. Diferença entre Desistência e Arrependimento

CAPÍTULO X – COMPARTICIPAÇÃO CRIMINOSA. OS AGENTES DO CRIME E A VÍTIMA

A Autoria. Autoria Material e Singular. Co-autoria Material. Autoria e Co-autoria Moral/Intelectual/Psíquica

1. A Comparticipação Criminosa

Participação na Comparticipação: Participação secundária: Autoria e Cumplicidade

2. Crimes de Participação Necessária. Associações Criminosas e Organizações Terroristas

3. O Sujeito Passivo do Crime

4. A Responsabilidade Penal das Pessoas Singulares e Colectivas e a responsabilidade Cumulativa

5. Questões comuns à Autoria e à Cumplicidade

6. Encobrimento

7. Cumplicidade

8. Instigação

CAPÍTULO XI – CONCURSO DE INFRACÇÕES

1. O problema do Concurso

2. O Concurso Efectivo (ou verdadeiro) de Infracções

3. Concurso Aparente

4. Crime Continuado
5. Elementos acidentais da Infracção. As circunstâncias. Circunstâncias como elemento estranho à estrutura da Infracção. Noção. Classificação das circunstâncias.
6. Circunstâncias Agravantes (comuns)
7. Circunstâncias Atenuantes
8. Concurso de Circunstâncias.
9. A medida legal da pena
10. Espécies de pena e pena aplicável
11. Determinação da pena aplicável ao crime consumado, frustrado e tentado, aos cúmplices e encobridores
12. Circunstâncias agravantes qualificativas – comuns e especiais
13. Circunstâncias atenuantes qualificativas – comuns e especiais
14. Concurso de circunstâncias qualificativas
15. A medida concreta da pena

BIBLIOGRAFIA

- DIAS, A. Silva - Materiais para o estudo da parte especial do Direito Penal
- DIAS, Jorge Figueiredo. Consequências Jurídicas do Crime. Tomo I. Coimbra Editora, 2007.
- Dicionário de Direito Penal e Direito Processual Penal, EIRAS, Henrique e FORTES, G.
- Comentário Conimbricense do Código Penal, *dirigido por* DIAS, J. Figueiredo
- CARVALHO, Américo Taipa de. Direito Penal. Coimbra Editora, 2008
- GONÇALVES, Manuel Lopes Maia, Código Penal anotado e comentado.
- Rodrigues, O. (2014). Apontamento de Direito Penal. *Escolar editora* – Angola.
- SANTOS, Manuel Simas, *Direito Penal de Angola*. Escolar Editora, 2021, Lobito, Angola.
- SILVA, Germano Marques da. *Direito Penal Português*. Vol I. II Editorial Verbo, Lisboa/ São Paulo, 2005.
- SILVA, Germano Marques da. *Direito Penal Tributário. Sobre a responsabilidade das Sociedades e dos seus administradores conexos com o crime Tributário*. UCP- Editora, Lisboa 2009.
- SILVA, Germano Marques da, *Direito Penal Português – Teoria do Crime* - 2ª Edição, Universidade Católica Editora, 2015.

► DIREITO COMERCIAL

PROGRAMA ANTIGO

Introdução

I – A evolução do direito comercial

II – A experiência lusófona

III – coordenadas actuais do direito comercial

IV- doutrina comercial geral

V – comércio e comerciantes

VI – empresa e estabelecimento

VII – o estatuto geral dos comerciantes Contratos comerciais

I – dos contratos comerciais em geral

II – contratos especiais de comércio Direito bancário

I - dogmática bancária geral

II - direito bancário material

PROGRAMA NOVO

[illegible][illegible]

➤ **DIREITO PROCESSUAL CIVIL I**

PROGRAMA ANTIGO

Parte I introdução e noções gerais

Título I teoria geral

I - Teoria geral do processo declarativo

II - Competência dos tribunais civis

III - Função jurisdicional

IV - Competência internacional

V - Regime da competência

Título II partes processuais

I - Qualidade de parte

II - Pressupostos processuais

III - Objecto do processo

IV - Prova processual

V - formas de composição da acção

VI - O procedimento em primeira instância

VII - Cobrança de dívidas.

PROGRAMA ACTUAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL – I

UNIDADE I – INTRODUÇÃO E NOÇÕES GERAIS

1.1. Breve Referência sobre o Direito Processual Civil

1.2. O Entendimento do âmbito de aplicação

- 1.3. Definição de Direito Processual Civil
- 1.4. Importância e Característica
- 1.5. Objecto do Direito Processual Civil
- 1.6. Fontes do Direito Processual Civil
- 1.7. Interpretação e Integração das Leis Processuais
 - 1.7.1. Interpretação das Leis Processuais
 - 1.7.2. Integração da Lei Processual
 - 1.7.3. Aplicação das Leis Processuais no Tempo
- 1.8. Princípios do Direito Processual Civil
 - 1.8.1. Princípios Estruturantes ou Fundamentais
 - 1.8.2. Princípios Instrumentais

UNIDADE II – TEORIA GERAL DO PROCESSO DECLARATIVO

- 1.2. Classificação das Acções Quanto ao Fim e Quando a Forma
- 1.3. As Acção Declarativas
- 1.4. Tipo de Acção Quanto a Forma
- 1.5. Processo Especial
- 1.6. A Subdivisão do Processo Comum

UNIDADE III – PROCEDIMENTOS CAUTELARES

- 1. Noção de Procedimento Cautelar
 - 1.1. Razão da sua Existência
 - 1.2. Pressupostos das Providências Cautelares
 - 1.3. Tipos de Providências Cautelares
 - 1.4. Classificação da Providência Cautelar quando ao momento e ao fim

UNIDADE IV – INCIDENTES DA INSTÂNCIA

- 1.1. Noção
 - 1.1.1. Modalidades de Incidentes da Instância
 - 1.1.2. Elementos da Relação Jurídica Processual
 - 1.1.3. Intervenção de Terceiro

UNIDADE V – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

- 1.1. Noção
- 1.2. Classificação de Pressupostos Processuais
- 1.3. Pressupostos Processuais Positivos e Negativos
 - 1.3.1. Personalidade Judiciária
 - 1.3.2. Capacidade Judiciária
 - 1.3.3. Legitimidade

1.3.4. Competência do Tribunal

1.3.5. Patrocínio Judiciário

1.3.6. Interesse Processual

1.4. Pressupostos Processuais Negativos

1.4.1. A Preterição do Tribunal Arbitral e a Litispendência

1.4.2. Arbitragem e Mediação

UNIDADE V – FORMALISMO DO PROCESSO DECLARATIVO

1.1. Formalismo Processual

1.2. As Fases do Processo Declarativo Comum Ordinário

1.2.1. Fase dos Articulados

1.2.2. Fase do Saneamento e Condensação

1.2.3. Fase de Instrução

1.2.4. Fase da Discussão e Julgamento

1.2.5. Fase da Sentença

BIBLIOGRAFIA

- 1- Andrade, M. de.(1979).*Noções Elementares de Processo Civil*.Coimbra: Coimbra Ed.
- 2- Anselmo de Castro, A. (1982). *Direito Processual Civil Declaratório* .Coimbra: Coimbra Ed.
- 3- Antunes Varela, J. M.; Bezerra, M., Sampaio. N.(1985). *Manual de Processo Civil* 2.Coimbra: Coimbra ed.
- 4- Castro Mendes, J. C. (1986/1987). *Direito Processual Civil* .Lisboa: Ribeiro Mendes

► DIREITO DO TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

PROGRAMA ANTIGO

Parte I

Lei Geral do trabalho

- ☐ Regime Jurídico de cedência temporária de trabalhadores
- ☐ Salário Mínimo
- ☐ Antigos Combatentes
- ☐ Regulamento sobre o exercício da actividade profissional do trabalhador estrangeiro não residente
- ☐ Emprego de trabalhadores estrangeiros não residentes e de força de trabalho nacional qualificado sector empresarial.

Parte II

Relações Colectivas de Trabalho

- ☐ Lei sindical
- ☐ Lei sobre o direito de negociação colectiva
- ☐ Lei da greve

Parte III

Emprego e formação profissional

- ☐ Lei do emprego
- ☐ Lei de bases do primeiro emprego
- ☐ Instrumentos administrativos de recolha de dados estatísticos
- ☐ Qualificadores operacionais
- ☐ Regulamento sobre o HIV/SIDA, emprego e formação profissional
- ☐ Regulamento do IEFP

Parte IV

Da segurança Social.

PROGRAMA ACTUAL

PARTE I-INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I - NOÇÕES GERAIS 1. Definição e Obejto do Direito do Trabalho 2. Matérias que abragem o Direito do Trabalho 3. Conexões entre o Direito do Trabalho e outros ramos do Direito 4. O paradigma do direito do Trabalho e a alteração do seu modelo tradicional

CAPÍTULO II- FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO 2.1. O Direito Romano 2.2.O Direito intermediário 2.3.A Revolução Industrial 2.4.O desenvolvimento da

legislação social no início do século XX(...) 2.5.As crises económicas e sua repercussão no direito do Trabalho 2.6.A história do Direito do Trabalho em Angola a) A regulação laboral no período colonial b) O período de transição para independência (1974- 1975) c) O período da economia planificada (1975 - 1990) d) O período da economia de mercado (de 1990 aos nossos dias)

CAPITULO III- FONTES DO DIREITO DO TRABALHO 3.1 Aspectos gerais a) Fontes Internas b) Fontes Internacionais I. Convenções internacionais II. Convenções da Organização das Nações Unidas III. Convenções da União Africana IV. Convenções e recomendações da OIT 3.2. A hierarquia das fontes 3.3. Interpretação e integração das fontes de Direito do Trabalho 3.4. A aplicação das normas do Direito do Trabalho a) Aplicação no tempo b) A aplicação no espaço

PARTE II - DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO CAPITULO IV- O CONTRATO DE TRABALHO 1. Definição do Contrato de trabalho 2. Elementos essenciais do contrato de trabalho 3. Características qualificáveis do contrato de trabalho 4. Distinção do contrato de trabalho em relação a figuras afins . Métodos de distinção do trabalho subordinado em relação ao trabalho autónomo CAPITULO V- O TRABALHADOR 1. Noção jurídica de trabalhador 2. A tutela da personalidade do trabalhador: Aspectos gerais a) O direito à integridade pessoal b) A liberdade de expressão e de opinião c) A liberdade de escolha da apresentação e vestuário d) A liberdade religiosa e) A liberdade de consciência f) O direito à imagem g) O direito a intimidade da vida privada 3. A categoria- Noção 4. Determinação da categoria OIT- Organização Internacional do Trabalho

CAPITULO VI- O EMPREGADOR E DEVERES DO EMPREGADOR 1. Noção jurídica de empregador 2. A empresa enquanto empregador 3. As empresas ideológicas ou de tendência 4. O dever de prestação principal: a remuneração 5. Noção e característica da remuneração CAPITULO

VII- OS PODERES DO EMPREGADOR 1. Aspectos gerais 2. Poder de direcção 3. Poder regulamentar 4. Poder disciplinar 5. O exercício dos poderes do empregado por outros trabalhadores 6. A empresa enquanto empregador 7. As empresas ideológicas ou de tendência

CAPITULO VIII- A FORMAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 1. A autonomia privada e a liberdade de trabalho 2. Pressupostos de celebração do contrato de trabalho 3. Capacidade das partes 4. O contrato promessa de trabalho 5. Casos especiais em que se exige a forma escrita 6. A invalidade do contrato de trabalho

CAPITULO IX- OS DEVERES DO TRABALHADOR 1. A prestação do trabalhador 2. Conteúdo da prestação do trabalhador 3. Definição das funções exercidas pelo trabalhador 4. Os deveres acessórios do trabalhador I. Deveres acessórios integrantes da prestação principal II. Deveres acessórios autónomos da prestação principal 7. Pressupostos de celebração do contrato de trabalho 8. Capacidade das partes 9. O contrato promessa de trabalho 10. Casos especiais em que se exige a forma escrita 11. A invalidade do contrato de trabalho

CAPITULO X- O LOCAL DE TRABALHO 1. Generalidades 2. Determinação do local da trabalho 3. Modificação do local de trabalho 4. Transferência definitiva do local de trabalho 5. O Teletrabalho CAPITULO XI- O TEMPO DE TRABALHO 1. Generalidades 2. Tempo de trabalho e etempo de descanso 3. Tempo normal de trabalh e period de funcionamento 4. Horário de trabalho 5. Tempos máximos de trabalho 6. Outros tipos de horários de trabalho 7. Isenção legal de horário de trabalho 8. Isenção de horario de trabalho mediante a autorização da Inspeção Geral do Trabalho 9. Direito ao repouso I. Aspectos gerais II. O direito ao repouso III. Os períodos de descanso diário IV. O período de descanso semanal 10. As férias 11. As faltas: 12. As Licenças 13. Obs: Ter atenção em incluir abordagem da temática no sector Público

PARTE III-DIREITO DA SEGURANÇA SOCIAL

CAPITULO XII- NOTAS INTRODUTÓRIAS

- 12.1. Origem e Evolução Histórica
- 12.2. Natureza Jurídica, Definição e Autonomia do Direito da Segurança Social
- 12.3. Relação entre o Direito da Segurança Social e Outros Ramos do Direito
- 12.4. Fontes do Direito da Segurança Social
- 12.5. Níveis da Protecção Social
- 12.5. Princípios Gerais do Direito da Segurança Social
- 12.6. Regime Jurídico da Protecção Social Obrigatória dos Trabalhadores por Conta de Outrem
- 12.7. Dos Direitos do Trabalhador por conta de outrem vinculado do sistema de protecção social obrigatório

BIBLIOGRAFIA

□ MARQUES, António Vicente; Direito do Trabalho e da Segurança Social. Luanda. Polis Editores, Lda, 2013. □ LEITÃO, L. M. T. M. Direito do Trabalho Angola. (2ª Edição) Coimbra: Editora Almeida, 2012. □ Lobo Xavier, B. G; Manual de Direito do Trabalho – (2ª edição) Lisboa: Verbo, 2013. □ Fernandes, A. L. M. Direito do Trabalho. Coimbra: Almedina. 2012. □ Teófilo Zangui Cauxeiro, Lei Geral do Trabalho tudo o que precisa saber, Plural Editores, 2015, Luanda- Angola. □ Tobias Cunha, Direito do Trabalho de Angola, Editora Shalon, Benguela, 2022 □ Kolembi, João Cristiano, O Teletrabalho no Ordenamento Jurídico Angolano, Editora Shalon, Benguela, 2023 □ Código Civil Angolano □ Código de Processo Civil Angolano □ Código de Processo Penal □ Código de Processo Penal Angolano □ Lei Geraldo Trabalho □ Constituição da República de Angola

► DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

PROGRAMA ANTIGO

I – Introdução

II – Constituição das Obrigações

III- Modificação das Obrigações

IV – Transmissão das obrigações

V – Extinção das Obrigações

VI – Não cumprimento das obrigações

VII – Garantias das obrigações

PROGRAMA ACTUAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE-I- INTRODUÇÃO

1.1 Objecto do Direito da Obrigações

1.2 O direito das obrigações no código civil

1.3 A importância do estudo do direito das obrigações

1.4 Os princípios estruturantes do direito das obrigações

1.4.1 Princípio da autonomia privada

1.4.1.1 Liberdade contratual e respectivos conteúdos

1.4.1.2 Restrições ao princípio da Liberdade contratual

1.4.1.3 Cláusulas contratuais gerais como restrição de facto

1.4.2 Princípio da Boa fé

1.4.2.1 Culpa in contrahendo e boa fé na formação dos contratos

1.4.3 Princípio da responsabilidade patrimonial

1.5 Conceito da Obrigação

1.5.1 Dever Jurídico

1.5.2 Estado de sujeição

1.5.3 Ônus Jurídico

1.6 Tipo de Obrigações

1.1.1. Obrigações simples e complexas

1.1.2. Obrigações autónomas e heterónimas

1.1.3. Obrigação em sentido técnico

1.7 Estrutura da Obrigação

1.7.1 Sujeitos

1.7.2 Objecto da Obrigação: a prestação devida

1.7.2.1 Prestação de facto e prestação da coisa

1.7.2.2 Prestações fungíveis e infungíveis

1.7.2.3 Prestações instantâneas e Prestação duradoura

1.7.3 Facto Jurídico

1.7.4 Garanttia da Obrigação

1.8 Distinção entre direitos de crédito e direitos reais

UNIDADE-II-FONTES DAS OBRIGAÇÕES.

2. 1. As Teorias de Sistematização das Fontes

2.2. As Fontes das Obrigações no Direito angolano

2.2.1 Os Contratos

2.2.1.1 Relações Contratuais de Facto.

2.2.1.2 Modalidades dos contratos

a) Contratos Formais e não Formais

b) Contratos nominados ou inominados e típicos ou atípicos.

c) Contratos sinalagmáticos e não sinalagmáticos.

d) Contratos onerosos e gratuitos.

e) Contratos Mistos

f) Contratos com eficácia real

2.2.2 Contrato-Promessa.

2.2.2.1 Regime Jurídico do Contrato-Promessa.

2.2.2.2 Forma de Contrato-Promessa.

2.2.2.3 Normas não aplicáveis ao Contrato Promessa.

2.2.2.4 Espécie de Contrato Promessa

2.2.2.5 Eficácia Real da Promessa.

2.2.2.6 Transmissão dos Direitos e Obrigações das Partes.

2.2.2.7 Sinal

2.2.2.8 Efeitos do não Cumprimento da Promessa Sinalizada.

2.2.3 Pacto de Preferência.

2.2.3.1 Forma.

2.2.3.2 Exercício do Direito de Preferência.

2.2.3.3 Transmissão do Direito e da Obrigação de Preferência.

2.2.3.4 Eficácia Real e Violação da Preferência.

2.2.3.5 Natureza Jurídica do Pacto de Preferência.

2.2.4 Contrato a favor de terceiro

2.2.4.1 As relações integradas no contrato a favor de terceiro

2.2.4.2 As relações integradas no contrato a favor de terceiro

2.2.4.3 Contrato para pessoa nomear

2.2.4.4 Natureza, Regime jurídico e delimitação

2.2.5 Os negócios jurídicos unilaterais

2.2.5.1 Promessa pública

2.2.5.2 Promessa de cumprimento e reconhecimento da dívida

2.2.5.3 Concurso público

2.2.6 Gestão de negócios

2.2.6.1 Generalidades

2.2.6.2 Noção e requisitos

2.2.7 Enriquecimento sem causa

2.2.7.1 Generalidades

2.2.7.2 Requisitos

2.2.7.3 Modalidades do enriquecimento

2.2.7.4 Repetição do Indevido

2.2.7.5 Prescrição do direito a restituição

3.1 Responsabilidade civil

3.1.1 Responsabilidade por factos ilícitos

3.1.2 Facto voluntário do lesante.

3.1.3 Ilícitude (Formas).

3.1.4 Culpa.

3.1.4.1 Imputabilidade.

3.1.4.2 Culpa em abstracto e culpa em concreto.

3.1.4.3 Prova da Culpa. Presunção de Culpa.

3.1.4.4 Responsabilidade Civil no Exercício de Actividades Perigosas.

3.1.5 Dano

3.1.5.1 Ressarcibilidade dos Danos não Patrimoniais.

3.1.6 O Nexo de causalidade entre o facto e o Dano.

3.1.7 Responsabilidade Objetiva ou pelo Risco.

3.1.8 Responsabilidade subjetiva ou por factos Lícitos.

BIBLIOGRAFIA

1. Recomendada

□ FERNANDES, Orlando, Direito das Obrigações, Vol.I, 2017.

□ VARELA, João de Matos Antunes, Das Obrigações em geral, 10 edição, Vol I, almedida 2005

2. Complementar

□ ALARCÃO, Rui de, Direito das Obrigações, com a colaboração de J.S. RIBEIRO, ALMENO DE SÁ E J.C. Proença, Coimbra, 1983.

II - Direito Patrimonial

III - Relações Para-Familiares

IV - Características Do Direito Da Família E Das Situações Jurídicas Familiares V - Relações Para-Familiares

VI - Características Do Direito Da Família e das Situações Jurídicas Familiares.

PROGRAMA ACTUAL

CAPÍTULO I - NOÇÕES PRELIMINARES 1. O Conceito genérico de Família, as relações jurídicas familiares e sua autonomia 2. Breve noção histórica da família e dos sistemas familiares 2.1 A família na sociedade tradicional africana 2.2. A família na sociedade moderna 3. Princípios fundamentais do Direito de Família 4. Intervenção do Estado no Direito de Família 5.

Interligação do Direito de Família e outros Ramos de Direito 6. Fontes Fundamentais do Direito de Família 7. Natureza Jurídica do Direito da Família CAPÍTULO II- FONTES DA RELAÇÃO JURÍDICA FAMÍLIA

2.1 O Parentesco

2.1.1. Noção, Linhas e Graus

2.1.2. Efeitos do Parentesco

2.2. Adopção, Consentimento, Autorização, Tipologias e Seus Efeitos

3. A Afinidade

3.1. Noção, Linhas e Graus

3.2. Efeitos da Afinidade

3.3. Não Cessação da Afinidade

4. O Casamento

4.1 Breve História da Evolução do Casamento

4.2. A promessa de Casamento no Direito Positivo e no Direito Costumey

4.3. Natureza Jurídica do Casamento

4.4. Pressuposto de Existência do Casamento

4.5. Validade do Casamento: Elementos de Fundo e Elementos de forma

4.6. O Consentimento, seu carácter pessoal e actual

4.7. Forma do acto de Casamento

4.8. Nulidade do Casamento

4.9 Efeitos pessoais do casamento e Efeitos patrimoniais do casamento

4.10. A Dissolução do Casamento

4.11. Efeitos da Dissolução do casamento

5. A União de Facto

5.1- Natureza do Instituto e seu enquadramento no direito Angolano

5.2. Conceito de União de Facto e Pressupostos

5.3. Tipologias

5.4. Reconhecimento por mutuo acordo

5.5. Reconhecimento por via Judicial

5.6. Atendimento da União de Facto que não preencha os pressupostos

CAPITULO III- FILIAÇÃO E AUTORIDADE PATERNAL

3.1. Importância do direito da filiação; sujeitos da relação jurídica de filiação

3.1.1 Direito do Estabelecimento da Filiação

3.1.2. Filiação Havendo Casamento dos Pais e Filiação não Havendo Casamento dos Pais

3.1.3. Acções judiciais de filiação e Efeitos do Estabelecimento da filiação

3.2. Âmbito titularidade e duração da autoridade paternal

3.2.1. Conteúdos da autoridade paternal

CAPÍTULO IV- A TUTELA

4.1. Evolução do Instituto da tutela e seu conteúdo

4.2. A Tutela e sua Classificação

4.3. Natureza Jurídica do cargo do tutor

4.4. Poderes do Tutor

CAPÍTULO V- OS ALIMENTOS

4.1. Conceito, função social e fonte dos alimentos

4.2. Natureza Jurídica dos Alimentos

4.3. Sjeitos e Garantia da Obrigação dos Alimentos

4.4. Execução da Obrigação de Alimentos

4.4. Extinção do Direito e da Obrigação dos Alimentos

BIBLIOGRAFIA

- MEDINA, Maria do Carmo; Direito de Família Escolar Editora, 2ª Edição, 2013, Lobito – Angola.
- CAMPOS, Diogo Leite de; e CAMPOS, Mónica Martinez de, Lições de Direito de Família, Almedina, 3ª Edição, 2016, Coimbra-Portugal.
- CHICOADÃO; Direito Costumeiro e Poder Tradicional dos Povos de Angola, Mayamba, 1ª Edição, 2010, Luanda - Angola.
- RAFAEL, Celestino, Tfamília tudo o que precisa saber, Plural Editores, 2015, Luanda- Angola.
- MARQUES, Suzana Oliveira, Princípios do Direito de Família e guarda dos filhos, Del Rey, Belo Horizonte, 2009.
- MENDES, Castro, Direito da Família, Edição revista por MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, AAFDL, 1990/91. Legislação:
- CRA, Código Civil Angolano e Código de Processo Civil Angolano
- Código Penal e de Código de Processo Penal Angolano
- Código de Família
- Outras Legislações

► **CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO**

PROGRAMA ANTIGO

- I - O Contencioso Administrativo no Divã da História
- II - O Contencioso Administrativo no Divã da Constituição
- III - “Eros e Thanatos”: A Dicotomia Acção Comum / Acção Especial
- IV - “Ego e Id”: A Acção Administrativa Dita Especial como Acção Comum do Novo Processo Administrativo
- V - “Do Outro Lado do Espelho”: A Acção Administrativa Dita Comum
- VI - “Totem e Tabu”: Os Processos Urgentes e as Providências Cautelares no Novo Processo Administrativo.

UNIDADE I- RESUMO INTRODUTÓRIO

- 1.1- Breves considerações sobre a Unidade Curricular de Contencioso Administrativo
- 1.2- História do Contencioso Administrativo (Angolano)
- 1.3- Conceito do Contencioso Administrativo
- 1.4- Objecto e características do Contencioso Administrativo
- 1.5- Princípios estruturantes do Contencioso Administrativo

UNIDADE II- DAS GARANTIAS EM GERAL

- 2.1- Conceito e espécies de Garantias
- 2.1.1- Critérios
- 2.1.2- Garantias Políticas
- 2.1.3- Garantias Graciosas (Procedimentais ou Administrativas)
- 2.1.4- Garantias Contenciosas

UNIDADE III- O PROVEDOR DE JUSTIÇA

- 3.1- Noções Gerais
- 3.1.1- Institucionalização da Figura do Provedor de Justiça
- 3.1.1.1- Razão de ser do Provedor de Justiça

UNIDADE IV- MODELOS DE CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO

- 4.1- Modelos de Contencioso Administrativo
- 4.1.1- Modelo Objectivista e Subjectivista
- 4.1.2- Modelos Organizatórios do Contencioso Administrativo
- 4.1.3- Modelos Processuais do Contencioso Administrativo
- 4.1.4- Modelos de Contencioso Adoptado em Angola

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Apontamento Compilado pelo Docente da Unidade Curricular

- Constituição da República de Angola
- Feijó, C. e Poulson, L. (2011) A Justiça Administrativa Angolana (Lições). Casas das Ideias. Luanda-Angola.
- Código de Procedimento Administrativo
- Código do Regulamento do Contencioso Administrativo
- Manjolo, M. G. (2018) Acesso à Justiça Administrativa no Ordenamento Jurídico Angolano. Tese de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas. Universidade de Lisboa da Faculdade de Direito. Lisboa Portugal.
- Da Silva, M. P. (2015) O Contencioso Administrativo Angolano – As Garantias dos Particulares no Contencioso Administrativo Angolano. UAL-Universidade Autónoma de Lisboa, Departamento de Direito. Mestrado em Direito.
- Resumos e apontamentos do curso do 2º ano de Direito da UAL, ano lectivo 2003/2004,"destilados" pelo aluno 20021078, António Filipe Garcez José. Disponível: www.apontamentosemfronteiras.com
- www.apostilasdedireito.cjb.net

PROGRAMA ACTUAL

[illegible]

► DIREITO DAS SUCESSÕES

PROGRAMA ANTIGO

- I. Uma primeira aproximação ao Direito das Sucessões
- II A "crise" do Direito das Sucessões
- III. O Direito das Sucessões no universo das liberalidades e dos efeitos por morte
- IV. Conexões entre o Direito da Família e o Direito das Sucessões
- V. A identidade do Direito das Sucessões
- VI. Plano, fontes e bibliografia do Direito das Sucessões

PARTE I: A ESTÁTICA SUCESSÓRIA

- VII. Noção de designação sucessória
- VIII. A designação sucessória em razão do objecto
- IX. A designação sucessória em razão da fonte

PARTE II: A DINÂMICA SUCESSÓRIA

- X. Da abertura da sucessão e da vocação
- XI. A vocação legitimária
- XII. Da pendência da sucessão à partilha

REFLEXÃO FINAL –

- XIII- A identidade do Direito das Sucessões português
- XIV. A rigidez da sucessão legal hereditária
- XV. Os legados legais e os alimentos de fonte legal que oneram a herança
- XVI. Os condicionalismos da sucessão voluntária – O automatismo do regime da vocação
- XVII. O Direito das Sucessões enquanto ponto de partida para uma Teoria Geral das Liberalidades.

PROGRAMA ACTUAL

XX

XX

► DIREITO FISCAL

PROGRAMA ANTIGO

- 1. Enquadramento geral
- 2. Relação jurídica tributária
- 3. Os princípios constitucionais fiscais
- 4. Sistema fiscal angolano

5. Interpretação, integração e eficácia do Direito Fiscal

6. Aplicação no espaço das leis fiscais

Garantias dos contribuintes

PROGRAMA ACTUAL

XX

XX

4º ANO

► DIREITO PROCESSUAL PENAL

PROGRAMA ANTIGO

Introdução

I - A tramitação do processo penal

II - Os sujeitos processuais

III - O objeto do processo

IV - As medidas de coação e de garantia patrimonial

V - A prova

VI - As proibições de prova

Vii - Os princípios do processo penal

PROGRAMA ACTUAL

NOÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

1. Noção de Direito Processual Penal. Direito Processual Penal, Processo Penal e Direito Penal

1.1. Noção de Direito Processual Penal

1.2. Direito Processual Penal e Direito Penal

2. Traços gerais da evolução histórica da justiça penal: o período da vingança e da justiça privadas; o período da justiça pública

3. Sistemas processuais penais. O processo acusatório e o processo inquisitório. Evolução histórica dos dois tipos de processos. O processo misto. O processo em Angola: fases do processo (descrição sumária)

4. Direito Processual Penal e Direito Processual Civil

5. Fim e objecto do processo penal

6. Relações do Direito Processual Penal com outros ramos do Direito e Ciências Auxiliares do Processo Penal

7. A construção jurídica do Processo: Natureza Jurídica do Direito Processual Penal, Natureza Jurídica do Processo

8. Fontes do Direito Processual Penal. A Constituição da República de Angola, o Código de Processo Penal e Legislação Posterior. A doutrina e jurisprudência

9. Interpretação e integração das lacunas da lei processual penal

8. Aplicação da lei processual no tempo e no espaço

10. Princípios Fundamentais do Processo Penal. Princípios relativos à iniciativa processual, princípios relativos à prossecução processual, princípios relativos à prova e princípios relativos à forma.

CAPÍTULO II – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

1.Noção de pressupostos processuais; pressupostos processuais relativos ao tribunal; pressupostos processuais relativos às partes; pressupostos processuais relativos ao objecto do processo. Litispendência. Caso julgado. Prescrição; pressupostos e excepções. Processamento das excepções

CAPÍTULO III – DA SUFICIÊNCIA DO PROCESSO PENAL. AS QUESTÕES PREJUDICIAIS

1.Noção. as questões prejudiciais e os pressupostos processuais. Características principais das questões prejudiciais; classificação das questões prejudiciais e respectivo regime jurídico; valor e âmbito do caso julgado das questões prejudiciais

CAPÍTULO IV - A ESTRUTURA DO PROCESSO PENAL. SUJEITOS, PARTICIPANTES E PARTES PROCESSUAIS

1. Estrutura formal do processo penal. A relação jurídica processual

2. O Tribunal. A organização dos tribunais; competências: espécies; excepções às regras gerais de competência; a competência por conexão. Impedimentos e suspeições dos juízes.

3. O Ministério Público. A organização do Ministério Público. Posição do Ministério Público no processo penal. Funções. O Ministério Público e a instrução preparatória ou corpo de delito. O exercício da acção penal. Impedimentos e suspeições.

4. A acusação particular. Assistentes. Posição dos assistentes. Poderes. Constituição. Ofendidos. A reparação de perdas e danos. Indemnização arbitrada em processo penal.

5. O arguido e o seu defensor. Arguido. Posição do arguido no processo. O interrogatório e o direito de defesa. Audição do arguido. Comparência. Falta, morte ou ausência do arguido. O defensor. Admissibilidade e obrigatoriedade do defensor. Defensor constituído e defensor nomeado. O exercício do direito de defesa. Deveres e direitos. Situação jurídica do defensor.

CAPÍTULO V – A TEORIA DOS ACTOS PROCESSUAIS. BREVES NOÇÕES

1. Definição de acto processual

2. Prazos

3. Ineficácia e invalidade. Nulidade: absoluta, relativa e simples irregularidade

4. Classificação dos actos processuais.

CAPÍTULO VI – AS MEDIDAS DE COACÇÃO PESSOAL

1. Termo de Identidade e Residência

2. Obrigação de apresentação periódica às autoridades

3. Caução

4. Proibição e a obrigação de permanência em local concreto e proibição de contactos

5. Interdição de saída do País

6. Prisão Domiciliária

7. Prisão Preventiva

8. As buscas – buscas para apreensão e detenção e buscas em pessoas

9. Garantias da liberdade individual – o *habeas corpus*

CAPÍTULO VII – A INSTRUÇÃO PREPARATÓRIA

1. Competência para a elaboração do auto de notícia

2. Distinção entre auto de notícia e auto de denúncia

3. Conteúdo do auto de notícia e auto de denúncia

4. Valor probatório

5. Direcção da instrução preparatória

6. Competências do Ministério Público e do SIC (Serviço de Investigação Criminal)

7. Caracterização do processo penal Angolano com referência aos tipos estruturais de sistemas processuais penais

8. A instrução preparatória nas diferentes formas de processo

CAPÍTULO VIII – A PROVA

1. Prova, probabilidade e suspeita

2. Fim da prova

3. Espécies de prova

CAPÍTULO IX – A FASE DA ACUSAÇÃO

4. Acusação e abstenção da acusação

5. Noção de acusação

6. Espécies de acusação: pública e particular; provisória e definitiva

7. Tipos de crime quanto à legitimidade para o exercício da acção penal – públicos, semi-públicos e particulares

8. A constituição de assistente – requisitos e formalidades; o papel do assistente em processo penal

9. Prazos para dedução da acusação
10. A acusação nas diferentes formas de processo
11. Forma e estrutura da acusação – arquivamento e decisão de aguardar melhor prova
12. Controlo da abstenção

CAPÍTULO X – INSTRUÇÃO CONTRADITÓRIA, PRONÚNCIA E NÃO PRONÚNCIA

9. Instrução contraditória

Conceito

Função

Competências para a instrução contraditória – quem pode requerê-la e quando pode ser denegada

Prazos

10. Despacho de pronúncia

Noção

Espécies

Competência

Prazos

CAPÍTULO XI – O JULGAMENTO

16. Princípios que informam a audiência do julgamento
17. Produção de prova e documentação da audiência
18. Aspectos da valoração da prova
19. Alteração do objecto do processo
20. Especialidades do julgamento nas diferentes formas de processo

CAPÍTULO XIII – FORMAS DE PROCESSOS ESPECIAIS

1. Processo Sumário
2. Processo de Contravenções
3. Processo Abreviado
4. Processos Julgados em Primeira Instância pelo Tribunal Supremo

CAPÍTULO XIV – INCIDENTES PROCESSUAIS

1. incidentes. natureza dos incidentes. Incidentes de impedimentos e suspeições. Incidente de falsidade. Incidente de alienação mental

CAPÍTULO XV – OS RECURSOS

1. Noção. espécies de recursos.
2. O recurso penal comum. Tramitação Uniforme do Recurso. Decisões de que se pode recorrer. Decisões irrecuráveis. Prazos de interposição de recurso. Processamento. Regime de subida.

Efeito. Poderes de decisão do tribunal superior. Regra geral. Excepção: proibição da «*reformatio in pejus*»

3. Os recursos extraordinários. O recurso para efeitos de uniformização da jurisprudência, o recurso de revisão e o recurso de cassação.

CAPÍTULO XVI – A EXECUÇÃO DAS PENAS E O DIREITO PENITENCIÁRIO

1. A Organização Prisional existente
2. Execução das penas corporais
3. Força executiva das decisões penais
4. Inexequibilidade das decisões penais condenatórias
5. Competência do Ministério Público na execução
6. Contagem do tempo de prisão
7. Execução da multa, taxa de justiça e indemnizações

BIBLIOGRAFIA

BARREIROS, José António. Processo Penal I

COMIDANDO, Afonso, Direito Processual Penal, O Novo Código, Muenhu, 2021, Luanda.

CONSTANTINO, Jorge, Jurisdição Penal, INA – Instituto Nacional de Administração, 2007.

CORREIA, Eduardo. Processo Criminal

CORREIA, Eduardo. Caso julgado e poderes de cognição do juiz

COSTA, Ary de Almeida Elias da, Linhas Gerais de instrução preparatória em processo penal, 2ª Edição, Livraria Almedina, Coimbra, 1960.

DIAS, Jorge Figueiredo, Lições de Direito Processual Penal –, Coimbra 1988/1989.

DIAS, Jorge Figueiredo. Sobre a reparação de perdas e danos arbitrada em Processo Penal

FERREIRA, Manuel Cavaleiro de, Curso de Processo Penal – volumes I, II e III.

FERREIRA, Manuel de Cavaleiro, Curso de Processo Penal, Vol. II, Lisboa, 1955

GONÇALVES, Manuel Lopes Maia, Código de Processo Penal, Anotado e comentado, Livraria Almedina, Coimbra, 1972

NEVES, Castanheira. Sumários de Processo Criminal.

Ramos, V. A. G. (2009) *Direito Processual penal, Noções Fundamentais*, 5ª edição, Editora, Faculdade de Direito - U.A.N, Luanda.

SILVA, Germano Marques da, Curso de Processo Penal, Vol. II, 3ª Edição, Editorial Verbo, 2002.

SILVA, Germano Marques da, Direito Processual Penal Português. Vol. I, 2ª Edição, Universidade Católica Editora, Coimbra, 2017

SITOI, Filipe Sebastião, Código de Processo Civil e legislação Complementar, Ministério da Justiça/Centro de Formação Jurídica Judiciária, Maputo, 2010.

SAMBO, José A. Eduardo, Manual de Direito Processual Penal Angolano, Vol. I, Artipol, 2022, Luanda.

SOARES, Luso Soares. O Processo Penal como jurisdição voluntária

SOUSA, João Castro e, Tramitação do Processo Penal, 2ª Tiragem, Coimbra Editora, Limitada, Lisboa, 1985.

► **DIREITO PROCESSUAL CIVIL II (EXECUTIVO)**

PROGRAMA ANTIGO

Parte i. Execução processual

I - introdução

II - organização judiciária executiva

Parte II. Pressupostos processuais

I - Pressupostos relativos ao objecto

II - Pressupostos relativos ao tribunal

III - Pressupostos relativos às partes

Parte III Procedimento da execução para pagamento de quantia certa

I - Fase introdutória

II – Penhora

III - Intervenção do cônjuge e reclamação de créditos

IV - Venda executiva e pagamento

Parte IV Procedimentos da execução para entrega de coisa certa e da execução para prestação de facto

I - Execução para entrega de coisa certa

II - Execução para prestação de facto.

PROGRAMA ACTUAL

CAPITULO – I- INTRODUÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. NOÇÕES DE:

1.1 DIREITO

1.2 PROCESSO

1.3 DIREITO CIVIL

1.4 PROCESSO CIVIL.

2. AS CARACTERÍSTICAS DE PROCESSO CIVIL,

3. IMPORTÂNCIA PRÁTICA DO PROCESSO CIVIL

4. OS TIPOS DE ACÇÕES CIVEL

CAPÍTULO – II - ACÇÕES EXECUTIVAS

1. OS TIPOS DE ACÇÕES EXECUTIVAS
2. FUNÇÃO DA ACÇÃO EXECUTIVA
3. O ACERTAMENTO E ACÇÃO EXECUTIVA
4. PRESSUPOSTOS DA ACÇÃO EXECUTIVA:
 - 4.1 PRESSUPOSTOS GERAIS
 - 4.2 PRESSUPOSTOS ESPECÍFICOS DA ACÇÃO EXECUTIVA

CAPÍTULO – III - TÍTULO EXECUTIVO

- 1- NOÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO
- 2- ESPECIES DE TÍTULO EXECUTIVO
- 3- NATUREZA E FUNÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO.
- 4- CONSEQUENCIA DA FALTA DE TÍTULO EXECUTIVO
- 5- USO DESNECESSÁRIO DA ACÇÃO DECLARATIVA

CAPÍTULO – IV - PRESSUPOSTOS ESPECÍFICOS

1. CERTEZA, EXIGIBILIDADE E LIQUIDEZ DA OBRIGAÇÃO.
 - 1.1 CERTEZA DA OBRIGAÇÃO
 - 1.2 EXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO
 - 1.3 OBRIGAÇÃO LIQUIDA.
2. REGIME DE CERTEZA
 - 2.1 OBRIGAÇÕES ALTERNATIVAS
 - 2.2 OBRIGAÇÕES DE PRAZO
 - 2.3 OBRIGAÇÕES PURAS
 - 2.4 OBRIGAÇÕES SOBRE CONDIÇÕES SUSPENSIVAS
3. REGIME DA CERTEZA E EXIGIBILIDADE
4. CONSEQUÊNCIA DA FALTA DE CERTEZA OU EXIGIBILIDADE
5. REGIME DA LIQUIDEZ DA OBRIGAÇÃO
 - 5.1 MEIOS DE LIQUIDAÇÃO
 - 5.2 LIQUIDAÇÃO POR SIMPLES CÁLCULOS ARITMÉTICO

CONSEQUÊNCIA DA ILIQUIDEZ DA OBRIGAÇÃO

CAPÍTULO – V- PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

1. A LEGITIMIDADE DAS PARTES.
 - 1.1 CRITÉRIO DE AFERIÇÃO
 - 1.2 ADOPÇÃO DO REGIME REGRA.
 - 1.3 O TERCEIRO PROPRIETÁRIO OU POSSUIDOR DE BENS ONERADO

1.4 A LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

1.5 CONSEQUÊNCIA DA ILEGITIMIDADE DAS PARTES.

2. PATROCÍNIO JUDICIÁRIO

3. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL.

3.1. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA.

3.2. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA HIERARQUIA.

3.3. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DO VALOR.

3.4. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DO TERRITÓRIO.

3.4.1 SENTENÇA DO TRIBUNAL COMUM.

3.4.2 SENTENÇA DO TRIBUNAL ARBITRAL.

3.4.3 EXECUÇÃO BASEADA NOUTROS TÍTULO.

3.5 PLURALIDADE DE SUJEITO E DE PEDIDOS

3.5.1. PLURALIDADE DE SUJEITO

3.5.1.1. CONSEQUÊNCIA DA FALTA DE LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO.

3.5.2. PLURALIDADE DE PEDIDO.

3.5.2.1. COLIGAÇÃO

3.5.2.2. CONSEQUÊNCIA DA COLIGAÇÃO ILEGAL

3.5.2.3. CUMULAÇÃO SIMPLES DE PEDIDO

3.5.2.4. CONSEQUÊNCIA DA CUMULAÇÃO INDÍVIDA

BIBLIOGRAFIA

Ferreira, F. A. (2010). *Curso de processo de execução*, (12ª ed.) Coimbra, Almedina.

Freitas, J. L. (2013). *A acção executiva*, (6ª ed.), Coimbra, Coimbra Editora,

► DIREITO PROCESSUAL CIVIL III (RECURSOS)

PROGRAMA ANTIGO

1 – Introdução

2 – Pressupostos e objecto

3 – Apelação

4 – Revista

5 – Recursos extraordinários

6 - Recurso de uniformização de

Jurisprudência.

PROGRAMA ACTUAL

TEMA- I- INTRODUÇÃO

1- Recurso- Várias Concepções

2- Conceito Jurídico E Função

3- Estrutura Dos Recursos

3.1-Decisões Irrecorrível

3.2-Decisões Recorrível

3.2.1- Tipos Legais De Recurso

3.2.2- Efeitos Dos Recursos

3.2.3- Modo De Subida

3.2.4- A Regra Estabelecida No Art. 678.º N.º1 E Suas Excepções

4- As Espécies De Recurso E Fundamento Da Sua Aplicação

5- Limitações Do Recurso A Um Grau

6- Legitimidade Para Recorrer

7- Perda Do Direito De Recorrer E Aceitação - Renúncia Ao Recurso

TEMA- II- MARCHA DOS RECURSOS ORDINÁRIOS

1- Recurso De Apelação

2- Objecto De Apelação

3- Interposição Do Recurso

3.1- Prazos De Interposição

3.2- Formas De Interposição

4- Efeito Do Recurso

5- Declaração Do Efeito Ex Officio

6- Prestação Da Caução

7- Subida Do Recurso

8- A Extensão Do Recurso

9- Adesão Ao Recurso

10- Sujeitos E Objecto Do Recurso

10.1- Delimitações Subjectivo

10.2- Delimitações Objectiva

11- apreciação Liminar Do Recurso

11.1- Despachos De Indeferimento

11.2- Despachos De Deferimento

12- Reclamação Contra O Indeferimento Ou Retenção Do Recurso

12.1- Prazos De Apresentação Da Reclamação

12.2- Formas De Reclamação

TEMA-III- ALEGAÇÕES

13- Alegações De Recurso

- 14- Conclusões
- 15- Sanções Pelo Não Cumprimento Das Regras
- 16- Junção De Documento
- 17- Deseção, Rejeição E Não Cumprimento Do Recurso
- 18- Prazo Das Alegações
- 19- Tramitação Da Alegação
- 20- Expedição Do Recurso
- 21- Julgamento Do Recurso

BIBLIOGRAFIA

- 1- Pinto ,R.(2015). *Notas ao Código de Processo Civil*, (2ª ed.) Coimbra; Coimbra Editora,
- 2- Câmara, C. I. B.(2007). *Recursos em Processo Civil: Regime dos Pressupostos após a Reforma de*, in Revista do CEJ, nº 12,
- 3- Ferreira, F. A.(2009). *Manual dos recursos em processo civil*, (9ª ed.) Coimbra: Almedina.
- 4- Ferreira, J. O. A. C.(2007). *Guia de recursos em processo civil. O novo regime recursório civil*, (4ª ed.), Coimbra, Coimbra Editora.

- 1.2. Noção e objecto do direito de processo do trabalho
- 1.3. Fontes de direito do Processo do Trabalho
- 1.4. Aplicação, interpretação e integração das leis processuais laborais
- 1.5. Princípios Gerais e Específicos do processo do trabalho angolano
- 1.6. Organização da justiça Laboral angolana

Cap II. Generalidade do Processo Laboral Comum

- 2.1 Pressupostos processuais.
- 2.2 Tipos e Formas de Processo
 - 2.2.1 O processo declaratório Comum Sumário (conflito laboral)
- 2.3 Tramitação do Processo Laboral
 - 2.3.1 As precedências obrigatórias no Processo Laboral
 - 2.3.2 A fase judicial nos litígios de natureza laboral

Cap III- Generalidades dos Processos Especiais

- 3.1. Despedimento Colectivo
- 3.2 Recurso em matéria disciplinar
- 3.3 Processos emergentes de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Capítulo IV- Os procedimentos Cautelares

- 4.1 Procedimentos cautelares comum (não especificados)
- 4.2 Procedimentos cautelares especificado

Cap V- A contravenção Laboral (Processo Penal Laboral)

Cap VI- Recursos em processo laboral

Cap VII- Acção executiva em Processo Laboral

6. BIBLIOGRAFIA:

6.1 Fontes Doutrinária

6.1.1 Principal ou recomendada

□ GARCIA, João Chimbungule, Manual de processo do Trabalho angolano, JG, 1ª edição, Outubro 2020

□ ESTÊVÃO, Osvaldo Luacuti, Direito Processual do Trabalho angolano, 1º edição, 2021

6.1.2. Complementar:

□ CARDOSO, Álvaro Lopes, Manual de Processo do Trabalho, Livraria Petrony, 2000.

□ Instituto Disciplinar Laboral, Nuno Abranches Pinto, Coimbra Editora

□ Capeça, Norberto Moisés Moma, Os despedimentos a luz da nova lei geral do trabalho, 2ª Edição, Literacia, 2021

□ Marques, A.V. (2013). Direito do Trabalho e da Segurança Social. Luanda. Polis editores, Lda

□ Leitão, L.M.T.M (2012). Direito do Trabalho, (3ª edição) Coimbra, Editora Almeida

- Lobo Xavier, B.G (2013), Manual de Direito do Trabalho-2ª edição, Lisboa: Verbo
- Fernandes, A.L.M (2012). Direito do Trabalho. Coimbra, Almedina.

6.2. Fontes Legislativas

- Constituição da República de Angola de 2010
- Lei 22-B/92 de 9 de Setembro
- Lei 9/81 de 2 de Dezembro
- Código Civil angolano.
- Decreto conjunto 3/82 de 11 de Janeiro
- Lei 7/15 de 15 de Junho
- Decreto 45.497 de 30 de Dezembro de 1963
- Código de Processo Civil

► METODOLOGIA JURÍDICA E PESQUISA CIENTÍFICA

PROGRAMA ANTIGO

1. Recursos tecnológicos
 - 1.1 Tecnologias de Informação
 - 1.2 e-ISUP
 - 1.3 Bases de dados on-line
2. Epistemologia
 - 2.1 A Teoria do conhecimento
 - 2.2 Razão e percepção
 - 2.3 O Positivismo e post-positivismo
3. Metodologias
 - 3.1 Metodologias quantitativas
 - 3.2 Metodologias qualitativas
4. As normas técnicas angolanas.
5. Planeamento
 - 5.1 A “research question”
 - 5.2 Proposta de investigação
 - 5.3 Plano
6. Metodologia jurídica
 - 6.1 Metodologia do Direito, Direito Positivo e Direito Natural.
 - 6.2 Metodologia do Direito, Retórica e Hermenêutica
 - 6.3 Law and Economics

6.4 Direito Comparado

1. Introdução à Metodologia jurídica e Pesquisa Científica

1.1. Definição de Conceito: Metodologia jurídica e Pesquisa Científica

1.1.1. Utilidade da investigação científica e características do processo de investigação

1.1.2. Diferença entre método e técnica

1.1.3. Exigência do Método Científico

1.1.4. Objectivos da Metodologia de Investigação Científica

1.2. A leitura como factor decisivo do estudo

1.3. A cultura e postura científica

1.4. Biblioteconomia

1.5. Tipos de documentos finais de uma investigação científica

2. O Conhecimento e os seus níveis

2.1. Conhecimento e suas finalidades

2.2. Conhecimento Empírico ou Popular e suas Características

2.3. Conhecimento teológico ou religioso e suas Características

2.4. Conhecimento filosófico e suas Características

2.5. Conhecimento científico e suas Características

3. Métodos e técnicas da abordagem de investigação científica.

3.1. Métodos da abordagem da investigação científica do nível teórico

3.1.1. Importância dos métodos de nível teórico

3.1.2. Os métodos de nível teórico

3.1.2.1. Análise e a Síntese

3.1.2.2. A Abstração

3.1.2.3. A indução e Dedução

3.1.2.4. Histórico-lógico

3.1.2.5. Método Hipotético-Dedutivo

3.1.2.6. Método Causal

3.1.2.7. Método Teórico-jurídico

3.1.2.8. Método Exegético-analítico

3.1.2.9. Análise das Normas Jurídicas

3.1.2.10. Método Jurídico Comparado

3.2. Métodos da abordagem da investigação científica do nível empírico

3.2.1. Características dos métodos empíricos.

3.2.2. Funções dos métodos empíricos no processo da investigação

científica

3.2.3. Métodos empíricos, técnicas e instrumentos de colecta de dados mais utilizados.

3.2.3.1. Observação

3.2.3.2. A Entrevista

3.2.3.3. O Inquérito

3.2.3.4. O Questionário

3.2.3.5. O Estudo de documentos

3.2.3.6. Estratégias Compostas

3.2.3.7. O Método de Delphi

3.2.3.8. O Método de Estudo de Casos

3.2.3.9. A Sociometria

3.3. Métodos da abordagem da investigação científica do nível matemáticoestatístico

3.3.1. Processamento de dados

3.3.2. Diferentes tipos de variáveis

3.3.3. Elementos de estatística Descritiva

3.3.3.1. A média

3.3.3.2. A moda

3.3.3.3. A mediana

4. Tipos de estudo ou investigação científica

4.1. Conceito de estudo ou pesquisa

4.1.1. Tipos de estudo quanto ao modo de abordagem

4.1.2. Tipo de estudo quanto ao objectivo geral

4.1.3. Tipo de estudo quanto aos Procedimentos técnicos

5. População e Amostra

5.1. População

5.2. Amostra

5.2.1. Tipos de Amostra

5.2.1.1. Amostra probabilística e suas técnicas de amostragem

5.2.1.2. Amostra não probabilística e suas técnicas de amostragem

6. Regras de escrita em trabalhos de investigação científica

6.1. Norma APA

6.1.1. Referências e Citações

6.1.2. Construção da lista referências bibliográfica

6.1.3. A construção da lista de referências bibliográficas

6.2. Normas da ABNT

6.2.1. Referências e Citações

6.2.2. Construção de lista referências bibliográficas

6.2.3. Construção da lista das referências bibliográficas

6.3. Norma Portuguesa

6.3.1. Referências e Citações

6.3.2. Construção de lista de referências bibliográficas

6.3.3. Construção da lista das referências bibliográficas

6.4. Outras contribuições de notação de referências bibliográficas

6.4.1. Referências legislativas. Constituição

6.4.2. Leis e Decretos

6.4.3. Referências judiciais

Lista de Referências Bibliográficas

Alves, Maria da Piedade (2012) Metodologia Científica. 1.ed. Escolar Editora.

Carvalho, J. Eduardo. (2029) Metodologia do Trabalho Científico: “saber-Fazer” da investigação para dissertações e teses. Escolar Editora.

Carneluti, F. (2012) Metodologia do Direito. Escolar Editora.

Cornelsen, Julce Mary (2012) Escrever... Com Normas: Guia Prático Para Elaboração de Trabalhos Técnico-Científicos. Imprensa da Universidade de Coimbra.

DE Ketele, Jean Marie & Roegiers, Xavier (1993) Metodologia de Recolha de Dados. Instituto Piaget.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade (2001) Fundamentos de metodologia científica. 4a. ed.: Atlas.

Luiz, Amado Cervo, Bervian, Pedro Alcino e Silva, Roberto da (2007). Metodologia Científica. – 6. ed.: Pearson Prentice Hall.

Martins, Gilberto de Andrade e Theóphilo Carlos Renato (2009) Metodologia de Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas. – 2. Ed.: Atlas.

RAMOS, R, NARANJO, E. (2014) Metodologia de Investigação Científica. Escolar Editora

Severino, António Joaquim, (2013). Metodologia do Trabalho Científico. Cortez

Vilelas, José (2009) Investigação - o processo de construção do conhecimento/. 1 ed.: Edições Silabo.

Zassala, Carlinhos (2013) Iniciação à Pesquisa Científica: ler, captar o essencial e tomar apontamentos. O método de estudo universitário. Mayamba.

PROGRAMA ACTUAL

XX
 XX

► PRÁTICA FORENSE

PROGRAMA ANTIGO

1. Litigância I

a) A base da demanda judicial e o papel do advogado

- Prévia Avaliação Processual
- Meios Alternativos para a Solução de Disputas

- Medidas Preliminares ao Início da Actuação Judicial

b) Actuando em Tribunal

- A Redacção de Peças Processuais
- As Intervenções em Tribunal

2. Litigância II

a) A Inquirição das Testemunhas

- Significado, preparação e orientação táctica do testemunho

- Métodos de abordagem e derivadas na condução do interrogatório

- Regras para a formulação de questões

- Critérios para a apreciação crítica de um testemunho

3. Negociação

- A importância da negociação na advocacia

- Tipos de negociação e léxico da negociação

- Noções de estratégia, técnica e estilo Negociais

PROGRAMA ACTUAL

XX
 XX

5º ANO

► DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

PROGRAMA ANTIGO

Introdução

- O direito internacional privado enquanto ramo do direito

- Planos, processos e técnicas de regulação das situações transnacionais

- Delimitação do âmbito do curso

Parte I - Direito de conflitos - parte geral

I - natureza do direito de conflitos

II - objecto e função da norma de conflitos

III - a justiça e os princípios gerais do direito de conflitos

IV - estrutura geral da norma de conflitos

V - interpretação e aplicação da norma de conflitos

VI - do elemento de conexão

VII - remissão para ordenamentos jurídicos complexos

VIII - a devolução ou reenvio

IX - a fraude à lei

X - a qualificação

XI - problemas especiais de interpretação e aplicação do direito de conflitos

XII - estatuto do direito estrangeiro

XIII - limites à aplicação do direito estrangeiro ou transnacional

Parte II – noções fundamentais da parte especial do direito de conflitos e do direito de reconhecimento

I – regras de conflitos fundamentais

II – direito de reconhecimento.

1- NOÇÕES FUNDAMENTAIS

1.1. Origem, Noção, Objecto e fontes do Direito Internacional

- 1.2. Fundamento e natureza do Direito Internacional
- 1.3. Justiça, interesses e princípios do Direito Internacional Privado
- 1.4. Princípios do Direito Internacional Privado
- 1.5. O Direito Internacional e o Direito Internacional Privado
- 2. TEORIA DA REGRA DE CONFLITOS
 - 2.1. Estrutura e função da Regra de Conflitos
 - 2.2. O Elemento de Conexão
 - 2.3. O Conceito Quadro
 - 2.4. As lacunas no sistema das regras de conflitos
 - 2.5. Limites à aplicação das regras de conflitos
 - 2.6. Aplicação do Direito Estrangeiro
 - 2.7. A Ordem Pública Internacional
 - 2.8. A Fraude a Lei
 - 2.9. A referência pressupõe ou questão prévia na aplicação da Lei competente
- 3. DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO ESPECIAL
 - 3.1. Súmula das principais regras de conflitos do Direito Internacional Privado Angolano
 - 3.2. Direito das Obrigações
 - 3.3. Direitos Reais e Propriedade Intelectual
 - 3.4. Direito da família
 - 3.5. Direito das Sucessões

BIBLIOGRAFIA

Constituição da República de Angola

Código Civil Angolano

Lei da nacionalidade de Angola

MACHADO, João Baptista, Lições De Direito Internacional Privado, 3.^a Edição, Editora, Almedina, Coimbra 2015.

CHITONGA, Mateus Jaime Chitonga, Direito Internacional Privado, 1.^a Edição, Lobito, Escolar Editora 2015.

PINHEIRO, Luís de Lima, Direito Internacional Privado, 3.^a Edição, 2000 Editora AAFDL, Lisboa, 2019.

CORREIA, Ferrer, considerações de Direito Internacional Privado (Estudo vários de Direito), Coimbra, Coimbra Editora 1983.

ESPINOLA, Eduardo. Elementos de direito internacional privado. Rio de Janeiro Editora Jacinto Ribeiro dos Santos 1925.

PROGRAMA ACTUAL

XX

XX

► DIREITO DOS RECURSOS NATURAIS E DO AMBIENTE E DO URBANISMO

PROGRAMA ANTIGO

XX

XX

Do Ambiente

I - Ambiente e direito. “Verdes são também os direitos do homem”

II - Constituição verde para as relações jurídicas multilaterais de ambiente

III - Ambiente de procedimento.

Procedimento de ambiente

IV - Verde agir: formas de actuação administrativa em matéria ambiental

V - Conflitos ecológicos: o contencioso do ambiente

Do urbanismo:

Parte geral

I - A cidade

II - A função pública urbanística

III - A administração pública do urbanismo

IV - O solo urbano

V - O planeamento urbanístico

VI - A urbanização e a edificação

VII - O contencioso do urbanismo

PROGRAMA ACTUAL

XX

XX

► CONTRATOS PÚBLICOS

PROGRAMA ANTIGO

1. As relações entre o poder e a economia (aspectos gerais) e a contratação pública.

a) Ordenação, intervenção e actuação económica do Estado.

b) Actividade financeira pública.

c) Provisão pública de bens.

d) Dilemas da decisão pública.

Fundamentos financeiros e extrafinanceiros.

A contratação pública em especial.

e) A questão da sustentabilidade financeira do Estado e a contratação pública.

f) A contratação pública e os princípios da transparência financeira e da responsabilização (accountability).

2. Relevância financeira crescente da contratação pública.

3. Direito da Contratação Pública e Direito

Financeiro: a decisão de contratar e a decisão financeira.

Parte 2 — DIREITO NACIONAL DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

1. Fontes nacionais do direito da contratação pública.

2. O Código dos Contratos Públicos.

Princípios fundamentais.

3. Medidas excepcionais de contratação pública

4. A decisão de contratar no Código dos Contratos Públicos.

5. O concurso público e o concurso limitado.

6. O diálogo concorrencial. 7. A concessão de serviço público.

8. Os contratos de locação e de aquisição de bens e serviços e de alienação de bens.

9. Fiscalização dos contratos públicos pelo Tribunal de Contas

PROGRAMA ACTUAL

UNIDADE I – INTRODUÇÃO

- 1.1- Considerações gerais sobre a Unidade Curricular de Contratos Públicos;
- 1.1.1-Generalidades
- 1.1.2-Origem Histórica e Razão de ser do Contrato Administrativo
- 1.2- Noção de Contrato Público e elementos estruturantes;
- 1.3- Conceitos e relação entre o Poder, a Economia e a Contratação Pública;
- 1.3.1-Conceitos
- 1.3.2-Relação entre o Poder, a Economia e a Contratação Pública
- 1.4- Orientação, Intervenção e Actuação Económica do Estado.
- 1.4.1-Breve caracterização do Sistema Económico Angolano na era pós-independência
- 1.5- Actividade Financeira Pública;
- 1.6- Provisão Pública de Bens;
- 1.7- Dilemas da decisão pública – fundamentos financeiros e extra-financeiros;
- 1.7.1-Fundamentos Financeiros e Extra-Financeiros
- 1.7.2-Decisões Financeiras concretas;
- 1.7.3-Planeamento das Necessidades – Decisão Pública
- 1.8- A Contratação Pública em Especial;
- 1.8.1-A questão da sustentabilidade financeira do Estado e a contratação pública;
- 1.8.2-A contratação pública e os princípios da transparência financeira e da responsabilização;
- 1.9- Relevância financeira crescente da Contratação Pública;
- 1.10- A decisão de contratar e a decisão financeira.

UNIDADE II – DIREITO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

- 2.1- Fontes do Direito da Contratação Pública
- 2.1.1-Enquadramento e Contexto Legal da Contratação Pública – Evolução Histórica;
- 2.2- A Lei nº 41/2020, de 23 de Dezembro, Lei dos Contratos Públicos;
- 2.2.1-Estrutura Formal da LCP
- 2.2.2-Fundamentos teóricos-práticos
- 2.2.3-Âmbito de Aplicação
- 2.2.4-Âmbito de Exclusão da LCP
- 2.2.5-Direito Subsidiário
- 2.2.6-Âmbito Objectivo
- 2.2.7-Aplicação no Tempo
- 2.2.8-Aplicação no Espaço
- 2.2.9-Enquadramento/Objectivos
- 2.2.10-Finalidades da Contratação Pública
- 2.2.11-Regime Jurídico dos Contratos Públicos

2.3-Acordos-Quadros

2.4-Centrais de Compras

2.5-Formação dos Contratos Públicos

2.5.1-Decisão de contratar e competências para autorizar Despesa

2.5.2-Ética na Formação dos Contratos Públicos e Conduta dos Participantes ao Procedimento

2.5.2.1-Conduta dos Funcionários Públicos

2.5.2.2-Conduta dos Participantes ao procedimento

2.5.3-Fomento ao Empresariado Nacional

2.5.4-Escolha do Tipo de Procedimento

2.5.5-Tipos de Procedimento

2.5.6-Requisitos de Participação no Procedimento

2.6-Comissão de Avaliação

2.6.1-Noção

2.6.2-Princípios Éticos na Condução dos Procedimentos

2.6.3-Impedimentos

2.6.4-Funcionamento

2.6.5-Competência

2.6.6-Avaliação, Negociação e Adjudicação de Propostas

2.6.6.1-Caução

2.7-Eficácia dos Contratos

2.8-Confirmação dos Contratos

2.9-Tribunal de Contas

2.10-Impugnação Administrativa

2.11-Mecanismos Extrajudiciais de Resolução de Conflitos

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

- Antunes, J.M.O. Coutinho, L.P., França, A.F. (2012). Lei da Contratação Pública de Angola, Coimbra, Almedina;
- Cabral, N.C., (2009), As parcerias público-privadas (Cadernos IDEFF, nº 9), Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito de Lisboa/Coimba; Almedina;
- Cunha. A.C. (2009), Despesas Públicas e Contratação Pública, Centro de Estudos e Formação Autárquica, Coimbra; Almedina.
- Carreau, D., Juiliard, P. (2007), Droit International Economique, (3ª edição), Paris; Dalloz.
- Correia, J.M.S., (1987), Legalidade e Autonomia Contratual nos Contratos Administrativos, Coimbra; Almedina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- Constituição, 2010;
- Lei nº 41/20, de 23 de Dezembro, Lei dos Contratos Públicos.
- NUNES, Elisa Rangel, Lições de Finanças Públicas e de Direito Financeiro, 3ª Edição, Luanda, 2011, pp 35 a 37 e 52 a 55;
- VAN-DÚNEM, Fernando José de França Dias, Noções de História das Ideias Políticas e Jurídicas, ano lectivo 2000/2001
- Manual Prático de Contratação Pública – MINFIN, 2016;
- FRANCO, António L. de Sousa Franco, Finanças Públicas e Direito Financeiro, Volumes I e II, 4ª edição, Almedina.Coimbra 2008;

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTARIA

Revistas, Boletins Informativos, internet

► DIREITO DOS REGISTOS E NOTARIADOS

PROGRAMA ANTIGO

I - NOTARIADO 1 Introdução

2 Principais sistemas de notariado

3 Breve referência histórica à actividade

notarial desenvolvida em Angola

4 O Estatuto do Notariado Angolano

5 Natureza da função notarial

6. Execução dos actos notariais

7 Termos de autenticação e reconhecimentos

8 Nulidades e revalidação dos actos notariais

9 Alguns actos notariais sujeitos a Registo

Predial (hipoteca; testamento; justificação de direitos; etc.)

II - REGISTO

Registo Predial

1 Publicidade registal

2 Principais sistemas registais

3 O Sistema Registral Angolano

4 O processo de justificação de direitos

5 O Registo provisório de aquisição versus

o contrato-promessa dotado de eficácia erga omnes

6. Vícios do registo

7 Rectificação do Registo Registo Comercial

1 O registo por transcrição

2 O Registo por depósito

PROGRAMA ACTUAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I-ENQUADRAMENTO GENÉRICO

1.1. Resenha histórica dos componentes da Disciplina

1.2. Conceito, ciências auxiliares

1.3. Modalidades de registos

1.4. Formas dos actos de registo

1.5. Órgãos Afins aos actos dos Registos e Notariado

UNIDADE II-DO REGISTO CIVIL

2.1. Objecto do Registo Civil

2.1.1 Estado Civil e estado pessoal

2.1.2 Enquadramento legal do facto

2.2 Factos sujeitos a Registo

2.2.1 Factos Sujeitos a registo obrigatório

2.2.2 Factos sujeitos a Registo facultativo

2.3 Formas dos actos de registo

2.4 Prova dos factos sujeitos a Registo

2.3. Efeitos do registo

2.4. Princípios Reguladores em Registo Civil

2.5. Actos de registo em Geral

2.5.1 Partes e Intervenientes em actos do Registo

2.5.2 Modalidades do Registo

2.5.3 Vícios do Registo

2.6 Actos de Registo em Especial

2.6.1 Nascimento

2.6.2 Nacionalidade

2.6.3 Filiação.

2.6.4 Casamento.

2.6.5 Nacionalidade

2.6.6 União de facto.

2.6.7 Óbito

2.7 Processos Privativos em Registo Civil

UNIDADE III-DO REGISTO PREDIAL

3.1 Noção e Objecto e Fim do Registo Predial

3.2 Princípios Reguladores

3.3 Publicidade e Meios de prova.

3.4 Factos e acções sujeitas a Registo

3.5 Efeitos e Cessação do Registo

3.6 Modalidade e actos de registo

3.7 Obrigatoriedade de Registo

3.8 Forma dos Actos de Registo Predial

3.9 A Propriedade Horizontal no Direito angolano

UNIDADE IV-DO REGISTO COMERCIAL

4.1. Objecto do Registo Comercial

- 4.1.1. Âmbito
- 4.1.2. Enquadramento legal
- 4.1.3. Princípios Orientadores do Registo Comercial
- 4.2. Factos Sujeitos a Registo
 - 4.2.1. Comerciante individual
 - 4.2.2. Sociedades Comerciais
- 4.3. Efeitos do Registo
- 4.4. Matrícula e Títulos
- 4.5. Intervenientes
- 4.6. Recusas
- 4.7. Obrigatoriedade de registo

UNIDADE V-DO REGISTO DE BENS MÓVEIS

- 5.1 Noções gerais
- 5.2 Órgãos de Registos das Coisas Móveis
- 5.3 Princípios Reguladores
- 5.4 Registo de Navios
 - 5.4.1 Factos Sujeitos a Registo
- 5.5 Registo de Aeronaves
 - 5.5.1 Factos Passíveis de Registo
- 5.6 Registo de Automóveis
 - 5.6.1 Factos Passíveis de Registo

UNIDADE VI-DO NOTARIADO

- 6.1 Actos Notariais
- 6.2 Força probatória dos documentos com intervenção Notarial
- 6.3 Organização do Notariado
- 6.4 A fé Pública.
- 6.5 Objecto e Função Notarial
- 6.6 Organização dos serviços Notariais
- 6.7 Competência do Notários
- 6.8 Princípios da Actividade Notarial
- 6.9 Actos Notariais em Geral
 - 6.9.1 Requisitos Gerais dos Instrumentos Notariais
 - 6.9.2 Requisitos Especiais
 - 6.9.3 Partes e Intervenientes acidentais
 - 6.9.4 Nulidade e Revalidação dos Actos Notariais

6.10 Actos Notariais em especial

6.10.1 Reconhecimentos de assinaturas

6.10.2 Abertura de Sinal

6.10.3 As conferências de Fotocópias

6.10.4 Publicas-Formas

6.10.5 Autenticação de Documentos

6.10.6 As Telecópias

6.10.7 As Procurações e Substabelecimentos

6.10.8 Documentos Estrangeiros (Traduções)

6.10.9 Os Certificados em Geral

6.10.10 As Escrituras Públicas

a) Regime Jurídico

b) Requisitos

c) Tipos de escrituras públicas

6.11 Nulidades e revalidação dos actos Notariais.

6.12 Impugnação e Recursos dos actos dos Registos e Notariado.

BIBLIOGRAFIA

7.1. Doutrinas

7.1.1 Recomendada

□ LOPES, Joaquim de Seabra, Direito dos Registos e do Notariado, Editora Almedina, 10^a edição, Coimbra 2019.

□ DE ALMEIDA, Carlos Ferreira, Publicidade e teoria dos registos, Coimbra 1966.

7.1.2 Compementar

□ MEDINA, Maria do Carmo. Direito de Família, escolar editora

□ FERRERINHA, Fernando Neto, A Função Notarial dos Advogados e dos solicitadores, teoria e pratica, Editora Almedina, Coimbra, 2018

□ GUERREIRO, José Augusto Guimarães Moureira, Temas de Registos e Notariado, Coimbra, 2010.

□ Joaquim, D. Oliveira, Evaristo S., Pedro F., Marcos N., luís R., Israel N., Alfredo F., Direitos dos Registos e do Notariado de Angola, Artipol, Luanda, 2023

□ David, Solange da C. C. P. e David, Feijó, Direito Registral Civil Angolano, 1^a edição, Wa, 2021

□ Bumba, E. Almeida, Rocha I.; Viegas, da Assunção A. M. (2013) – Código de Registo Civil e Legislação Complementar. Comentado e Anotado: Coimbra Editora, 2013

7.2 Legislação

- ☐ Regulamento do acto de casamento.
- ☐ Código do Registo Civil e legislação complementar comentado e anotado
- ☐ Código da família.
- ☐ Código do Registo Comercial angolano
- ☐ Código do Registo Predial angolano
- ☐ Regime do Registo Automóvel, Decreto-Lei 47952 de 22 de Setembro
- ☐ Regulamento do Registo Automóvel
- ☐ Registo de Aeronaves, aprovado pelo decreto executivo 26/08 de 3 de Março.
- ☐ Regulamento Interno do Instituto Nacional de Aviação Civil, aprovado pelo decreto executivo 31/09 de 23 de Abril.
- ☐ Normativo Técnico 2 do Instituto Nacional de Aviação Civil.
- ☐ Lei da marinha Mercante de Angola
- ☐ Código do Notariado angolano
- ☐ Código Civil angolano.
- ☐ Constituição da Republica de Angola de 2010
- ☐ Lei de simplificação e modernização dos Registos e Notariado
- ☐ Lei de alteração do código do Registo Predial e Notariado
- ☐ Regime Jurídico do notariado angolano.
- ☐ Lei de Terras
- ☐ Regulamento geral da Concessão de Terrenos, aprovado por decreto 58/07 de 13 de Julho
- ☐ Lei de Liberalização do Registo Notarial
- ☐ Lei 10/85 de 19 de Outubro
- ☐ Decreto 419/74 de 7 de Setembro
- ☐ Lei 11/15 de 17 de Junho sobre a simplificação do processo de constituição de sociedades comerciais
- ☐ Dec executivo 509/21 de 11 de Outubro (Regulamento sobre o reconhecimento de personalidade jurídica civil de pessoas jurídicas canónicas)

➤ **DIREITO BANCÁRIO**

PROGRAMA ANTIGO

- 1.Contexto do Direito Bancário
- 2.Pessoas Singulares
- 3.Tipificação das Pessoas Coletivas
- 4.Caracterização das Sociedades
- 5.Sociedades por Quotas e Sociedades Anónimas

- 6.Dinâmica das Sociedades
- 7.Operações e Contratos Bancários
- 8.Garantias do Crédito Bancário
- 9.Processo Contencioso e Contencioso Bancário
- 10.Sigilo Bancário

2- CURSO DE LICENCIATURA EM ENSINO PRIMÁRIO

2.1. Unidades Curriculares que Sofreram Actualização

► **DESENVOLVIMENTO CURRICULAR** (Actualização do conteúdo programático)

Conteúdo programático (em vigor)

Tema 1- Introdução ao desenho curricular;

Tema 2- Modelos Curriculares;

Tema 3- Metodologias Curriculares I;

Tema 4- Metodologia curricular II;

Tema 5- Teoria do Desenho Curricular na Educação;

Tema 6- O perfil profissional.

Fundamentação: Desenvolvimento Curricular é a construção do plano curricular tendo, presente o contexto e justificação que o suportam, bem como as condições da sua execução. A disciplina do Desenvolvimento Curricular está orientada para a análise do fenómeno educativo, tendo por base uma matriz teórica e metodológica que privilegia a abordagem das questões do conhecimento, dos actores e das situações educativas. A especificidade do campo curricular, enquanto instrumento da escolarização, resulta da sua conexão directa com as práticas e com os contextos políticos, sociais e culturais sobre que se funda e objectiva todo o sistema educativo. Logo, o objectivo central desta disciplina é o de desenvolver e aprofundar instrumentos de análise que permitam alargar as fronteiras do conhecimento educacional no que se refere tanto à fundamentação, teorização e justificação, quanto à elaboração, planeamento, implementação e avaliação em matéria de currículo e de inovação pedagógica. A necessidade de garantir a todos os estudantes reais oportunidades de sucesso, ao implicar uma estrutura curricular adequada, impõe também aos profissionais de educação a compreensão e reflexão de todo o processo na qual assenta a concepção e o desenvolvimento de um currículo, bem como o domínio de competências básicas necessárias à sua correcta implementação. Todo currículo deve ser verificável em função do contexto socioeconómico, o avanço do conhecimento científico e tecnológico e, o exercício das profissões, a instituição que propicia o currículo; as condições reais dos estudantes. O currículo deve ter um carácter sistemático e organizado nos ciclos do sistema escolar, de maneira

que, cada decisão repercute em sua totalidade, nos métodos, nos meios, nos recursos e na formação geral. É nesse apanágio que os conteúdos actualizados correspondem aos reais anseio da realidade objectiva ou seja, do contexto das nossas escolas.

Conteúdos programáticos (Actualizados)

Tema 1- Origens da Problemática Curricular, Natureza e Âmbito Curricular;

Tema 2- Tendências Curriculares;

Tema 3- Bases e Fundamentos Teóricos do Currículo;

Tema 4- Perspectivas Curriculares Contemporâneas;

Tema 5- Teorias Curriculares;

Tema 6- Natureza e Âmbito do Desenvolvimento Curricular;

Tema 7- Desenvolvimento Curricular, suas Tarefas, Componentes e Níveis;

Tema 8- Posturas Curriculares;

Tema 9- Projectos Curriculares de Escola e Turma.

► **SEMINÁRIO EM EDUCAÇÃO PRIMÁRIA** (Actualização do conteúdo programático)

Conteúdo programático (em vigor)

Tema 1- Temas de interesses para os estudantes sobre a correcta alfabetização

Tema 2- Desafios, metas, novidades sobre a Ensino Primário.

Fundamentação: O conteúdo dos Seminários em Educação Primária serão definidos a partir da realização das diversas disciplinas tais como a organização pedagógica da escola primária; alfabetização correcta: ensinar a ler, escrever, cálculos básicos e conceitos culturais considerados imprescindíveis; desafios, metas e novidades sobre a educação primária e da identificação dos temas que merecem ser priorizados para aprofundamento teórico e metodológico. Com a inclusão do tema sobre a Organização pedagógicas da escola primária, reforça-se a abordagem prática da unidade curricular, respondendo aos reais anseios dos formandos e alinhado ao perfil de saída dos estudantes do curso de Licenciatura em Ensino Primário. De modos que abordar-se-á aspectos como: 1.1 Definição do ensino primário, Objectivos gerais e específicos; 1.2 Plano de estudos do ensino primário angolano; 1.3 Os diferentes cursos da escola primária: I, II e III círculos de aprendizagem; 1.4 Função social da escola primária, função social Ensino Primário; 1.5 As características psicopedagógicos dos alunos da Ensino Primário; 1.6 Pressupostos que servem de base para o aperfeiçoamento da escola primária; 1. 7 Caracterização do processo de ensino-aprendizagem.

Conteúdos programáticos (Actualizados)

Tema 1- Organização pedagógicas da escola primária

Tema 2- Temas de interesses para os estudantes sobre a correcta alfabetização

Tema 3- Desafios, metas, novidades sobre o Ensino Primário.

2.2. Unidades Curriculares Excluídas

► FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

Fundamentação: por força da descontinuidade do curso de Licenciatura em Pedagogia, pelo decreto executivo 7/21 de 10 de Setembro de 2021, do MESCTI, superiormente orientada depois de aprovada a nova designação do curso para Licenciatura em Ensino Primário, na Referência nº 1083/MESCTI/GSEES/2021, de 8 de Outubro de 2021.

2.3. Unidades Curriculares Incluídas

► PRÁTICA PEDAGÓGICA II

Fundamentação: por força da descontinuidade do curso de Licenciatura em Pedagogia, pelo decreto executivo 7/21 de 10 de Setembro de 2021, do MESCTI, superiormente orientada depois de aprovada a nova designação do curso para Licenciatura em Ensino Primário, na Referência nº 1083/MESCTI/GSEES/2021, de 8 de Outubro de 2021. Assim sendo, a Unidade Curricular de Prática II, passa a ser precedência obrigatória da Unidade Curricular de Prática Pedagógica I, com a seguinte abordagem:

Tema: 1. Currículo e desenvolvimento curricular integrado das diferentes áreas disciplinares. Apresentação de trabalho conjunto sobre análise e crítica do currículo do Ensino Primário. Pontos fortes e fracos. Intervenção do formando na sua melhoria.

Tema 2: Análise da legislação angolana sobre a Educação.

Tema 3: Estrutura orgânica de funcionamento das Escola Órgãos de direcção Órgãos de apoio.

Tema: 4. Planificação e simulação de aulas (análise crítica das aulas simuladas) Reforço das orientações metodológicas.

Tema 5: Relatório Final da actividade. Orientação do Relatório Final.

2.4. Actualização da Bibliografia de Todas as Unidades Curriculares

Fundamentação: por força da orientação superior do Gabinete do Vice-presidente Para Assuntos Académicos aos DEI, acoplado a isso, a apresentação de INDEX e livros em pdf de todas as unidades curriculares por ano de frequência e semestre, o que derivou a criação da biblioteca virtual do ISUP (ainda em processo).

3- CURSO DE LICENCIATURA EM GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

3.1. Unidades Curriculares que Sofreram Actualização

- MICROECONOMIA E MACROECONOMIA (Actualização da posição das duas unidades curriculares)

Fundamentação: Actualmente as duas Unidades Curriculares encontram-se em posições inversas Microeconomia (Segundo Semestre) e Macroeconomia (Primeiro Semestre). Sendo estas duas são ramificações da economia, a Microeconomia estuda o comportamento dos agentes económicos de forma individual enquanto a Macroeconomia estuda a economia como um todo, não está correcta. Assim sendo Propõe-se a alteração, ficando estas da seguinte forma, Microeconomia (Primeiro semestre) e Macroeconomia (Segundo semestre).

► **TÉCNICAS DE REDACÇÃO** (Actualização do conteúdo programático)

Conteúdo programático (em vigor)

Tema 1. Introdução à leitura e interpretação de textos

Tema 2. Produção de textos

Tema 3. Coesão e Coerência textual

Tema 4. Técnicas de composição de resumos e pequenos textos dissertativos

Tema 5. Conceitos inerentes à oratória

Tema 6. Mercado Secundário (Conteúdo a ser removido por não se adequar a Unidade Curricular)

Tema 7. Tipologia Textual

Fundamentação: o tema 6, Mercado secundário, não se adequa a esta Unidade Curricular, este tema refere-se a Unidade Curricular de Mercados e Produtos Financeiros (onde também é o tema 6 da mesma unidade curricular), já que se refere a um local onde ocorrem as transacções de produtos financeiros que já foram transaccionados no mercado primário (quando ocorre a primeira Oferta Pública Inicial), ou seja, activos estes que são transaccionados normalmente nas bolsas de valores.

Com a retirada deste tema inapropriado à Unidade Curricular, os conteúdos programáticos serão:

Tema 1. Introdução à leitura e interpretação de textos

Tema 2. Produção de textos

Tema 3. Coesão e Coerência textual

Tema 4. Técnicas de composição de resumos e pequenos textos dissertativos

Tema 5. Conceitos inerentes à oratória

Tema 6. Tipologia Textual

4- CURSO DE LICENCIATURA EM GESTÃO DE EMPRESA E CONTABILIDADE

4.1. Unidades Curriculares que Sofreram Actualização

► **MICROECONOMIA E MACROECONOMIA** (Actualização da posição das duas Unidades Curriculares)

Fundamentação: Actualmente as duas Unidades Curriculares encontram-se em posições inversas Microeconomia (Segundo Semestre) e Macroeconomia (Primeiro Semestre). Sendo estas duas são ramificações da economia, a Microeconomia estuda o comportamento dos agentes económicos de forma individual enquanto a Macroeconomia estuda a economia como um todo, não está correcta. Assim sendo Propõe-se a alteração, ficando estas da seguinte forma, Microeconomia (Primeiro semestre) e Macroeconomia (Segundo semestre).

► **TÉCNICAS DE REDACÇÃO** (Actualização do conteúdo programático)

Conteúdo programático (em vigor)

Tema 1. Introdução à leitura e interpretação de textos

Tema 2. Produção de textos

Tema 3. Coesão e Coerência textual

Tema 4. Técnicas de composição de resumos e pequenos textos dissertativos

Tema 5. Conceitos inerentes à oratória

Tema 6. Mercado Secundário (Conteúdo a ser removido por não se adequar a Unidade Curricular)

Tema 7. Tipologia Textual

Fundamentação: o tema 6, Mercado secundário, não se adequa a esta Unidade Curricular, este tema refere-se a Unidade Curricular de Mercados e Produtos Financeiros (onde também é o tema 6 da mesma unidade curricular), já que se refere a um local onde ocorrem as transacções de activos que já foram transaccionados no mercado primário (quando a primeira Oferta Pública Inicial), ou seja, activos estes que são transaccionados normalmente nas bolsas de valores.

Com a retirada deste tema inapropriado à Unidade Curricular, os conteúdos programáticos serão:

Tema 1. Introdução à leitura e interpretação de textos

Tema 2. Produção de textos

Tema 3. Coesão e Coerência textual

Tema 4. Técnicas de composição de resumos e pequenos textos dissertativos

Tema 5. Conceitos inerentes à oratória

Tema 6. Tipologia Textual

► **FISCALIDADE I E II** (Actualização do conteúdo programático)

Fundamentação: face às reformas tributárias que vêm se assistindo, desde 2019, em Angola registou-se e vêm-se registando cada vez mais, uma alteração profunda no seu sistema tributário (fiscal), com a retirada, actualizações e entradas de novos impostos, as Unidades Curriculares de *Fiscalidade I e II*, precisam urgentemente de acompanhar este ritmo para adequar-se à nova realidade. Registou-se a alteração da denominação dos *Impostos Predial Urbano (IPU)* para *Imposto Predial (IP)* e Imposto de Consumo (IC) para Imposto Especial de Consumo (IEC), a substituição da Taxa de Circulação para Imposto sobre os Veículos Motorizados (IVM), a eliminação do Imposto sobre a Transmissão de Imobiliários por Título Oneroso e a entrada em Vigor do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

Com as devidas actualizações, as unidades terão os seguintes conteúdos programáticos ajustados à nova realidade:

► **FISCALIDADE I**

Unidade 1 - Introdução à Fiscalidade

- O Papel do Estado na Sociedade;
- Actividade Financeira do Estado;
- Princípios da Fiscalidade;
- O Imposto e as Figuras Afins;
- Caracterização do Sistema Fiscal Angolano. Unidade

2 - Impostos Sobre o Rendimento

1.1 O Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho – IRT

1.1.1 - Incidência, Isenções, Grupos de Tributação, Não Sujeição, Determinação da Matéria Colectável, Taxas, Liquidação e Pagamento;

1.1.2 – Regime da tributação dos trabalhadores por conta de Outrem e por conta própria;

1.1.3 – Regime dos trabalhadores não residentes;

1.1.4 – Exercícios de Aplicação.

1.2 – O imposto Industrial

1.2.1 Incidência, Isenções, Determinação da matéria colectável, taxas, liquidação, cobrança, incentivos fiscais.

1.2.2 Antecipação de pagamento do imposto industrial.

1.2.3 – Tributação da Empreitadas

1.2.4 – A reavaliação dos activos.

1.2.5 – Exercícios de Aplicação.

1.2.6- Impostos sobre Aplicação de Capitais (IAC)

Bibliografias dos conteúdos alterados e acrescentados:

Administração Geral Tributária. (2021). *Guia do Sistema Tributário 2021*. Paginação & Design Gráfico AGT.

António, Nvela. (2020). *Fiscalidade Angolana* (1ª ed.). Luanda.

Gonçalves, Fernando. (2021). *Contabilização do IVA*. 1ª ed. Luanda

Gonçalves, Fernando. (2021). *Fiscalidade* (4ª ed.). Luanda: Texto Editores.

Machado, Jonatas E. M.; da Costa, Paulo Nogueira; Macaia, Osvaldo Lemos. (2017). *Direito Fiscal Angolano* (2ª ed.). Luanda.

Nelito, José Kalilodoka. (2024). *Um Olhar à Fiscalidade Angolana* (2ª ed.). WA Editora.

Quintino, Gaspar Nongava. (2020). *Lições de Fiscalidade Angolana*. 1ª ed. Luanda.

Quintino, G. N. (2021). *Impostos Existentes em Angola - Cálculo e Contabilização*. Luanda.

► FISCALIDADE II

1. Imposto sobre o património:

1.1 – O Imposto Predial (IP)

1.1.1 Incidência, Isenções, Grupos de Tributação, Não Sujeição, Determinação da Matéria Colectável, Taxas, Liquidação e Pagamento;

1.2 - O Imposto sobre as Sucessões e Doações.

1.2.1 Incidência, Isenções, Grupos de Tributação, Não Sujeição, Determinação da Matéria Colectável, Taxas, Liquidação e Pagamento;

1.3 - Imposto sobre os Veículos Motorizados (IVM)

1.3.1 Incidência, Isenções, Grupos de Tributação, Não Sujeição, Determinação da Matéria Colectável, Taxas, Liquidação e Pagamento;

1.4- Imposto do Selo (IS)

1.4.1 Incidência, Isenções, Grupos de Tributação, Não Sujeição, Determinação da Matéria Colectável, Taxas, Liquidação e Pagamento;

2- Impostos sobre o Consumo

2.1 - Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

2.1.1 Incidência, Isenções, Grupos de Tributação, Não Sujeição, Determinação da Matéria Colectável, Taxas, Liquidação e Pagamento;

2.2 - Imposto Especial de Consumo (IEC)

2.2.1 Incidência, Isenções, Grupos de Tributação, Não Sujeição, Determinação da Matéria Colectável, Taxas, Liquidação e Pagamento;

Bibliografias dos conteúdos alterados e acrescentados:

- Administração Geral Tributária. (2021). *Guia do Sistema Tributário 2021*. Paginação & Design Gráfico AGT.
- António, Nvela. (2020). *Fiscalidade Angolana* (1ª ed.). Luanda.
- Gonçalves, Fernando. (2021). *Contabilização do IVA*. 1ª ed. Luanda
- Gonçalves, Fernando. (2021). *Fiscalidade* (4ª ed.). Luanda: Texto Editores.
- Machado, Jonatas E. M.; da Costa, Paulo Nogueira; Macaia, Osvaldo Lemos. (2017). *Direito Fiscal Angolano* (2ª ed.). Luanda.
- Nelito, José Kalilodoka. (2024). *Um Olhar à Fiscalidade Angolana* (2ª ed.). WA Editora.
- Quintino, Gaspar Nongava. (2020). *Lições de Fiscalidade Angolana*. 1ª ed. Luanda.
- Quintino, G. N. (2021). *Impostos Existentes em Angola - Cálculo e Contabilização*.

Luanda

► **ESTRATÉGIA EMPRESARIAL** (Actualização do conteúdo programático)

Fundamentação: sendo que esta Unidade Curricular rege-se pelos seguintes objectivos: Conhecer os rasgos que caracterizam a atitude e o pensamento estratégico nas organizações empresariais, assim como a lógica geral do processo estratégico e suas principais etapas. Aplicar os métodos e instrumentos para a análise das forças de micro e macro entorno, detectando oportunidade, ameaças e riscos para os negócios. Levar a cabo a análise interna das organizações empresariais, de sua situação actual, fazer um diagnóstico dos seus pontos forte e débeis, e de onde radicam suas vantagens competitivas. Além de analisar os investimentos financeiros.

Notando-se que o conteúdo programático da Unidade Curricular em epígrafe, era o mesmo que o da Unidade Curricular de Empreendedorismo e que se adequava mais a este último, elaborou-se os seguintes conteúdos programáticos que se adequam aos objectivos da Unidade Curricular de Estratégia Empresarial:

1 – O POSICIONAMENTO DA EMPRESA, NUMA ÓPTICA SISTÉMICA, FACE AO MEIO ENVOLVENTE.

- 1.1. A empresa vista como sistema aberto
- 1.2. Importância do meio envolvente no sistema decisional das empresas
- 1.3. Análise histórica da evolução do meio envolvente
- 1.4. Perspectiva actual

CAPÍTULO 2 – ESTRATÉGIA E COMPETITIVIDADE.

- 2.1. Estratégia empresarial / militar
- 2.2. Planeamento estratégico

2.3. Pensamento estratégico

2.4. Natureza do estratega

2.5. Estilos dos estrategos

2.6. Plano estratégico

2.7. Gestão estratégica

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE ESTRATÉGICA

3.1. Análise do meio envolvente

3.2. Níveis de estratégias

3.3. Cadeia de valor

3.4. Elementos estratégicos

3.5. Características das decisões estratégicas

3.6. Modelo de Porter

3.7. Modelo de Grant

3.8. Análise SWOT

3.9. Matrizes de análise estratégica

CAPÍTULO 4 – MODELOS DE ESTRATÉGIAS

4.1. Formulação da estratégia

4.2. Implementação da estratégia

4.3. Estratégias de estabilidade

4.4. Estratégias de crescimento

4.4. Estratégias de diversificação

4.5. Estratégias de diferenciação

4.6. Estratégias de segmentação

4.7. Estratégias de desinvestimento

4.8. Estratégias combinadas

4.9. Estratégias Ofensivas e Defensivas

CAPÍTULO 5 – TÉCNICAS E MODELOS DE APOIO À SELECÇÃO DE ESTRATÉGIAS

5.1. Teoria do ciclo de vida dos produtos

5.2. Modelo BCG

5.3. Modelo McKinsey/GE

5.4. Projecto PIMS (Profit Impact of Marketing Strategies)

5.5. Validade da utilização dos modelos

CAPÍTULO 6 – A ORGANIZAÇÃO OU ESTRUTURAÇÃO DAS EMPRESAS

6.1. Estratégia e estrutura organizativa

6.2. As estruturas organizativas

6.3. O modelo de Greiner

6.4. Tendências recentes na estruturação das organizações

CAPÍTULO 7 – INVESTIMENTOS E TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO

7.1. A importância do investimento na estratégia financeira das empresas

7.2. As decisões estratégicas de natureza financeira: Investimentos financeiros e reais

7.3. Critérios de avaliação de investimento

Referências Bibliográficas

Barros, Hélio. (2014). *Análise de Projectos de Investimento* (3ª ed.). Edições Sílabo.

Cândido, Carlos. (2019). *Estratégia Empresarial – Conceitos, Processos e Instrumentos*. Sílabas & Desafios.

Cebola, António. (2018). *Elaboração e Análise de Projectos de Investimento* (3ª ed. Rev. Act.). Edições Sílabo.

Freire, Adriano. (2020). *Estratégia: Criação de Valor Sustentável em Negócios Tradicionais e Digitais*. Bertrand Editora.

Reis, Felipa Lopes dos & Reis, Rui Lopes dos. (2022). *Manual de Estratégia Empresarial, Inovação e Empreendedorismo*. Edições Sílabo.

Silva, Caio Sousa da., Romani-Dias, Marcello, & Barbosa, Aline dos Santos. (2022). *Estratégia Empresarial – As Etapas do Processo Estratégico e o Uso de Ferramentas Clássicas*. Freitas Bastos.

5- CURSO DE LICENCIATURA EM PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

5.1. Unidades Curriculares que Sofreram Actualização

► **DESENVOLVIMENTO CURRICULAR** (Actualização do conteúdo programático)

Conteúdo programático (em vigor)

Tema 1- Introdução ao desenho curricular;

Tema 2- Modelos Curriculares;

Tema 3- Metodologias Curriculares I;

Tema 4- Metodologia curricular II;

Tema 5- Teoria do Desenho Curricular na Educação;

Tema 6- O perfil profissional.

Fundamentação: Desenvolvimento Curricular é a construção do plano curricular tendo, presente o contexto e justificação que o suportam, bem como as condições da sua execução. A disciplina do Desenvolvimento Curricular está orientada para a análise do fenómeno educativo,

tendo por base uma matriz teórica e metodológica que privilegia a abordagem das questões do conhecimento, dos actores e das situações educativas. A especificidade do campo curricular, enquanto instrumento da escolarização, resulta da sua conexão directa com as práticas e com os contextos políticos, sociais e culturais sobre que se funda e objectiva todo o sistema educativo. Logo, o objectivo central desta disciplina é o de desenvolver e aprofundar instrumentos de análise que permitam alargar as fronteiras do conhecimento educacional no que se refere tanto à fundamentação, teorização e justificação, quanto à elaboração, planeamento, implementação e avaliação em matéria de currículo e de inovação pedagógica. A necessidade de garantir a todos os estudantes reais oportunidades de sucesso, ao implicar uma estrutura curricular adequada, impõe também aos profissionais de educação a compreensão e reflexão de todo o processo na qual assenta a concepção e o desenvolvimento de um currículo, bem como o domínio de competências básicas necessárias à sua correcta implementação. Todo currículo deve ser verificável em função do contexto socioeconómico, o avanço do conhecimento científico e tecnológico e, o exercício das profissões, a instituição que propicia o currículo; as condições reais dos estudantes. O currículo deve ter um carácter sistemático e organizado nos ciclos do sistema escolar, de maneira que, cada decisão repercuta em sua totalidade, nos métodos, nos meios, nos recursos e na formação geral. É nesse apanágio que os conteúdos actualizados correspondem aos reais anseio da realidade objectiva ou seja, do contexto das nossas escolas.

Conteúdos programáticos (Actualizados)

Tema 1- Origens da Problemática Curricular, Natureza e Âmbito Curricular;

Tema 2- Tendências Curriculares;

Tema 3- Bases e Fundamentos Teóricos do Currículo;

Tema 4- Perspectivas Curriculares Contemporâneas;

Tema 5- Teorias Curriculares;

Tema 6- Natureza e Âmbito do Desenvolvimento Curricular;

Tema 7- Desenvolvimento Curricular, suas Tarefas, Componentes e Níveis;

Tema 8- Posturas Curriculares;

Tema 9- Projectos Curriculares de Escola e Turma.

Porto Amboim, 14 de Dezembro de 2023.-

O CHEFE DE DEPARTAMENTO

Custódio Malheiro Sozinho, M.Sc.



LISTA DE PRESENÇA

Júlio César Rosabal García (PhD)

António Gaspar Domingos (PhD)

Custódio Malheiro Sozinho (MSc)

Helder Álvaro Soares (MSc)

Yudelkis Delgado Ramirez (MSc)

João David Kicalango (MSc)

Denilson Gonçalves Ricardo Lunga (Lic)

Lucrecia Pascoal Domingos Bráz (Lic)



INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DO PORTO AMBOIM

(Aprovado por Decreto Presidencial N°168/12, Diário da República N° 141-I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Comunicado

No âmbito do processo de actualização e harmonização dos planos curriculares dos cursos de ensino superior;

Havendo necessidade de actualizar os planos curriculares dos nossos cursos com base na legislação actual, no período de 24 de Março a 11 de Abril do ano em curso, são criadas as comissões de trabalho para este processo, constituídos pelos seguintes docentes:

1. Licenciatura em Psicologia da Educação

- 1.1. Yudelks Ramirez Delgado;
- 1.2. Malanga Joaquim Jaime;
- 1.3. Maria Los Angeles Vila Flor.

2. Licenciatura em Direito

- 2.1. Hélder Álvaro Soares
- 2.2. Levi Pascoal
- 2.3. Tércio Cabral
- 2.4. Valente Carlos Justino

3. Licenciatura em Gestão e Administração Pública – GAP

- 3.1. Lucrécia Pascoal Brás
- 3.2. Andrade Delmiro Sapalo

4. GEC

- 4.1. Denilson Gonçalves Ricardo Lunga
- 4.2. Andrade Samateia
- 4.3. Lira Bernarda Campo

5. Licenciatura em Ensino Primário

- 5.1. David Kicalango João.
- 5.2. Fernando Jacinto Guia
- 5.4. João Lourenço António.

Porto Amboim, 12 de Março de 2025

O Chefe do Departamento

MsC. Custódio Malheiro Sozinho